

# Relatório Circunstanciado de Constituição da Reserva Indígena Fulkaxó

Portaria nº 1.104/Pres/Funai de agosto de 2018

Antropólogo coordenador: Ivson José Ferreira

Brasília, 30 de outubro de 2019.

## Sumário

|  |    |
|--|----|
| Introdução .....   | 3  |
| O trabalho de campo.....   | 5  |
| Historiando a demanda.....   | 8  |
| Dados Gerais .....   | 21 |
| História antiga .....  | 21 |
| Século XX: História recente .....                                  | 27 |
| Situação atual.....  | 37 |
| Habitação .....  | 38 |
| Os Fulkaxó e o uso da terra.....                                   | 40 |
| Proteção e promoção dos direitos sociais .....                     | 47 |
| atividades produtivas .....  | 48 |
| Modo de vida: uso dos recursos e atividades econômicas .....       | 48 |
| Artesanato.....  | 50 |
| Caça e pesca .....   | 53 |
| Coleta .....   | 54 |
| Pressões/presença de assentamento/povoado/outras ocorrências ..... | 56 |
| Meio Ambiente .....  | 57 |
| Contextualização Geográfica.....                                   | 58 |
| Aspectos Fisiográficos .....                                       | 61 |
| Estrutura Geológica, relevo e solos.....                           | 61 |
| Águas .....  | 62 |
| Espécies da fauna .....  | 65 |
| Impactos socioambientais.....                                      | 65 |
| Ocorrências .....  | 65 |
| Políticas ambientais e territoriais.....                           | 67 |
| Reprodução física e cultural .....                                 | 68 |
| Relações intra e interétnicas.....                                 | 68 |
| Organização política .....   | 71 |
| O mundo sagrado.....   | 73 |
| Ouricuri: espaço físico e simbólico.....                           | 74 |
| Especialistas indígenas: Pajé, curandeiro e rezador .....          | 76 |
| Dados populacionais: .....   | 79 |
| Levantamento fundiário.....  | 80 |
| Conclusão .....  | 83 |
| Referências Bibliográficas .....                                   | 86 |

|                          |    |
|--------------------------|----|
| Outras Referências ..... | 89 |
|--------------------------|----|

## Lista de Figuras

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 - Elaborando um mapa participativo.....  | 6  |
| Figura 2 -Localização da Reserva.....   | 39 |
| Figura 3 - Placa indicando a entrada da aldeia na Reserva .....   | 40 |
| Figura 4 - Local fora da Reserva onde se abastecem de água.....   | 42 |
| Figura 5 - Mapa da Reserva destacando a ocupação atual - aldeia .....   | 43 |
| Figura 6 - Construção de novas moradias .....   | 44 |
| Figura 7 - À esquerda, casas construídas; à direita, outras moradias e espaço central para reuniões no pátio da Aldeia .....                                    | 45 |
| Figura 8 - Casas em construção na Reserva .....   | 45 |
| Figura 9 - Preparando a terra para plantio.....   | 49 |
| Figura 10 - Galpão de projeto de aquicultura desativado/Cadoz de Baixo .....  | 50 |
| Figura 11 - Produção artesanal: Destaque à esquerda, Josete Cruz com amostra de argila utilizada para a confecção de cerâmica encontrada na Cadoz de Cima. .... | 52 |
| Figura 12 - Coleta de plantas na área da Reserva .....  | 54 |
| Figura 13 - Local indicado pelos índios para coleta de argila para a produção de cerâmica/Cadoz de Cima.....  | 55 |
| Figura 14 - PA/Santo Antonio do Betume/Inkra – área destacada em rosa/imóvel Cadoz de Cima, parte da Reserva Fulkaxó .....                                      | 56 |
| Figura 15 - Distribuição espacial dos ambientes na área que compreende a Reserva .....  | 61 |
| Figura 16 - Torre de transmissão rede elétrica na Reserva.....  | 66 |
| Figura 17 - Área degradada – extração de areia limítrofe ao Platô de Neópolis .....   | 67 |
| Figura 18 - Mapa da Reserva Fulkaxó destacando a disposição espacial dos três imóveis .....   | 82 |

## Lista de Tabelas

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 - Caracterização da ocupação do imóvel “Cadoz de Cima” .....                                 | 59 |
| Tabela 2 - Caracterização da ocupação do imóvel “área do Ibama” .....                                 | 59 |
| Tabela 3 Caracterização da ocupação do imóvel “Cadoz de Baixo” .....                                  | 60 |
| Tabela 4 - Dados demográficos (cadastro preliminar das famílias realizado pelos Fulkaxó – 2019) ..... | 80 |

## Lista de Quadros

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1 - Produção Artesanal.....                                   | 52 |
| Quadro 2 - Calendário Ecológico Econômico do povo Fulkaxó.....       | 55 |
| Quadro 3 - Espécies da flora na Reserva e seu uso pelos Fulkaxó..... | 63 |

## INTRODUÇÃO

O presente Relatório Circunstanciado apresenta estudos de natureza Antropológica, Cartográfica, Fundiária e Ambiental necessários à constituição de *Reserva Indígena* destinada à ocupação do povo indígena auto nominado Fulkaxó<sup>1</sup>, portanto parte integrante de procedimento administrativo nº 08768.000.112/2007-DV em trâmite na Funai. É resultante de trabalho desenvolvido pelo Grupo Técnico constituído pela Portaria nº 1.104/Pres/Funai de agosto de 2018, em obediência à Ação Civil Pública nº 0003667-09.2012.4.05.5800, considerando a decisão judicial do dia 11 de fevereiro de 2014, 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe, demandada pelo Ministério Público Federal junto a Funai e a União visando caracterizar a situação de diversas famílias que reivindicam a aquisição de imóvel denominado Fazenda Cadoz<sup>2</sup>, localizado nos municípios de Pacatuba e Neópolis, ambos no estado de Sergipe, para ali se estabelecerem de modo permanente.

Nesse sentido, a Ação movida pelo Ministério Público Federal tem como escopo que a União e a Fundação Nacional do Índio – Funai, adotem *providências administrativas e de cunho orçamentário* que possibilitem o reconhecimento daquela etnia e a aquisição de terras para alocar os índios Fulkaxó, num espaço que viabilize a sua sobrevivência física e cultural.

O GT teve sua composição da seguinte forma: Ivson J. Ferreira (antropólogo/Funai/CTL–Recife); Antônio Roberto Achel (geógrafo/Funai/CTL–Porto Seguro/BA) e Lizane Lúcia de Souza (engenheira agrônoma/Funai/DPT-CGID). O apoio logístico se deu através das CR Nordeste I, de Maceió/AL e CTL-

---

<sup>1</sup>Sobre a denominação assumida pelos Fulkaxó, os índios dizem tratar-se da junção dos etnônimos Fulniô, Kariri e Xokó, grupos que segundo eles, compõem o núcleo populacional atual, sendo referenciados, sobretudo aos Kariri-Xokó que habitam a TI de mesmo nome no município de Porto Real do Colégio, estado de Alagoas. Mais detalhes serão apresentados ao longo do Relatório.

<sup>2</sup> A denominação refere-se a imóvel rural composto por duas áreas denominadas separadamente Cadoz de Cima (onde se encontra assentada parte das famílias Fulkaxó) e Cadoz (segundo os índios, “Cadoz de Baixo”, local onde está situada a sede da Fazenda e a residência atual do proprietário). Entre ambas há uma estreita faixa de terra ocupada atualmente por algumas famílias sem-terra. Essa localidade é chamada de “área do Ibama” por estar relacionada a um projeto daquele órgão, mas que se encontra atualmente desativado, segundo informaram tanto os índios, como moradores do local aos quais tivemos acesso durante o trabalho de campo.

Recife/PE e as atividades de campo se estenderam entre os dias 22 a 31/10/2018. É importante destacar que o povo Fulkaxó teve participação ativa no trabalho desde as discussões iniciais acerca do mesmo, materializada durante o trabalho de campo.

Além de consulta a peças que compõem o processo administrativo nº 08768.000.112/2007-DV que trata da aquisição pela Funai do imóvel Fazenda Cadoz, foram realizados pesquisas e consultas a estudos bibliográficos e documentais sobre os Kariri-Xokó, priorizando aqueles relacionados à história recente do grupo, especialmente a situações que ocasionaram cisões internas no grupo resultando no desejo de saída da TI Kariri-Xokó daquelas famílias integrantes do grupo Fulkaxó. Os índios ocupam desde 2015 uma área no imóvel, estabelecendo ali uma “aldeia”, segundo eles, ainda em caráter provisório<sup>3</sup>, pois buscam local mais apropriado para se estabelecerem de modo permanente.

Embora não exista embasamento jurídico-administrativo que fundamente estudos visando constituição de *Reserva Indígena*<sup>4</sup>, o estudo foi realizado considerando normas como a Portaria/Funai nº 14, de 09 de janeiro de 1996, com algumas adaptações, além das Orientações Básicas para a Caracterização Ambiental de Terras Indígenas em Estudo (Funai, 2013), embora aplicadas a estudos que visam demarcação de terras, mas tratadas enquanto *tradicionais* indígenas.

O relatório é resultado também de trabalho de campo desenvolvido na área, oportunidade em que foram realizadas oficinas e diversas entrevistas com os indígenas e visitas às localidades de pretensa ocupação e uso na Fazenda

---

<sup>3</sup> Existe um grupo de famílias que se mudou para o local nos últimos anos ocupando um espaço provisório aberto num pequeno trecho de mata nativa, principalmente aquelas dos principais líderes, mas a maioria ainda vive em Porto Real do Colégio/AL e visita frequentemente à área reivindicada. Percebemos durante o trabalho de campo que havia em construção novas residências com paredes de madeira e cobertas de palha, material este coletado na região, destinada as famílias que chegaram mais recentemente. Os índios alegam que uma das dificuldades para sua mudança em caráter definitivo é a indefinição quanto a situação jurídica, impossibilitando que o local seja dotado de melhor infraestrutura como a construção de casas de alvenaria, além o fato de não terem acesso à água potável e a luz elétrica, tais fatores aliados a outros, dificultam sua permanência no local.

<sup>4</sup> Categoria de terra indígena definida nos artigos 26 e 27, Capítulo III, Lei 6001/1973 – Estatuto do Índio.

Cadoz. Na elaboração do estudo é importante ressaltar que incluímos os três imóveis na proposta de Reserva, referidos num contexto de terra contínua, ou seja; Cadoz de Cima; Cadoz de Baixo e aquele denominado área do Ibama, sendo, portanto, a atual reivindicação territorial Fulkaxó, embora o processo inicialmente aberto na Funai tenha como objeto um deles, a saber o denominado “Cadoz de Cima”.

É consensual entre eles a necessidade de incorporar toda a superfície na constituição da Reserva, no sentido de garantir sua reprodução física e cultural. Hoje os índios consideram em seus pleitos territoriais o desejo de aquisição de toda a extensão do imóvel, incorporando os imóveis num cenário de terra contínua possibilitando melhores condições para sua reprodução física e cultural, tendo em vista os diferentes ecossistemas ali presentes, especialmente pelas características ambientais mais favoráveis para determinadas atividades imprescindíveis para eles na “Cadoz de Baixo”, bem como na área do Ibama. Assim, os Fulkaxó concebem os espaços conjugados como essenciais as suas pretensões territoriais e a sua necessidade de sobrevivência enquanto povo indígena.

### **O trabalho de campo**

Entre as tarefas executadas, realizou-se uma “oficina” no início do trabalho de campo, momento em que foram discutidos os diversos usos que os índios pretendem fazer da área considerando algumas atividades ali já desenvolvidas por eles. Na oportunidade foi elaborado um mapeamento qualificado visando à caracterização dos recursos ambientais daquele espaço territorial, identificando locais já conhecidos apropriados às atividades de subsistência dos Fulkaxó, indicando aqueles imprescindíveis a sua sobrevivência física e cultural; além de trilhas, áreas de coleta de plantas medicinais, nascentes etc.

Foi confeccionado mais de um mapa utilizando cartolina, lápis e canetas de cor, com o envolvimento do grupo em momentos diferentes, onde tentamos estimular o instrumento do mapeamento participativo. Vale salientar que essa atividade contou com o interesse e presença de muitos jovens e serviu de base à aferição das coordenadas das trilhas e locais indicados, das moradias improvisadas, estradas, locais de incidência de espécies da fauna e flora local, pequenos roçados, vegetações específicas e ainda os diferentes tipos de solo e ambientes, além do registro fotográfico.

Nessas reuniões se discutiam o ideal de uso da terra e modo de vida no novo espaço, principalmente em relação às aspirações da população jovem, pois é recorrente no discurso dos mais velhos a importância de estes estarem distantes da situação vivenciada atualmente na TI Kariri-Xokó, principalmente pela proximidade da cidade e a crescente presença de não índios ali.



**Figura 1 - Elaborando um mapa participativo**

Quanto à localização do espaço da aldeia em caráter permanente, embora assentados atualmente num pequeno aglomerado de casas numa clareira aberta num pedaço de mata, dizem que ainda não elegeram um lugar assim como aquele a ser destinado as suas práticas religiosas, continuam frequentando o Ouricuri na TI Kariri-Xokó.

As informações colhidas durante o trabalho de campo ocorreram através de entrevistas, conversas em momentos de caminhadas na área, diálogos espontâneos com pessoas da comunidade e da aferição de pontos com GPS visando etnomapeamento. Posteriormente a esta etapa do trabalho, um conjunto de informações foi pesquisada visando à conclusão do estudo da *Reserva Indígena*. Também identificamos outros pontos referenciados pelos índios, como local de ocorrência de incêndio de grande proporção, em momentos que os índios já estavam circulando pela área, impactando de modo significativo a fauna e a flora locais trazendo grandes prejuízos. Os Fulkaxó atribuem o episódio a não índios moradores circunvizinhos do imóvel.

Foram também coletadas coordenadas relativas à presença de ocupações de não índios próximos, bem como loteamentos e outros empreendimentos governamentais e particulares nos arredores da área. Os diálogos e a observação direta permitiram acumular um conjunto de dados no que se refere à situação dos índios em termos de atendimento básico de saúde, educação, transporte, saneamento, relações interétnicas, em especial com não índios e poder público local, etc.

As informações sistematizadas são conclusivas no sentido de confirmar, segundo os próprios Fulkaxó, que a Fazenda Cadoz, incluindo os dois imóveis que a compõem; *Cadoz de Cima* e *Cadoz de Baixo*, acrescida da área do Ibama, atende consensualmente às expectativas do grupo no que diz respeito à constituição de um espaço territorial que possibilite sua reprodução física, étnica e cultural, conforme preconiza o artigo 231 da Constituição Federal. O que não significa, porém, no esgotamento<sup>5</sup> de suas demandas territoriais.

Acreditamos que o relatório subsidiará as etapas subsequentes do processo administrativo nº 08768.000.112/2007-DV, que trata da aquisição do

---

<sup>5</sup> “... as terras indígenas, na maioria dos casos estão sempre em processo de reelaboração e não são objetos naturais e acabados, mas são construídas dentro do limite da interpretação dos atos legais, por uma combinação de definições jurídicas, pressões setoriais de interesses diversos, planos e prioridades governamentais (ou de setores deste) ...” (Oliveira, 1999)



imóvel Fazenda Cadoz, cujo início remonta ao ano 2007, visando a sua regularização fundiária enquanto *Reserva Indígena*. Essa demora no trâmite institucional bem como das providências a situação, tem proporcionado inúmeras dificuldades para os Fulkaxó. Embora não se trate de estudo de *terra tradicionalmente ocupada* por indígenas, o relatório foi organizado em tópicos seguindo normas aplicadas a elas, mas com algumas adaptações.

A seguir apresentamos cronologicamente episódios que contribuíram ao longo da história recente dos Fulkaxó, para a necessidade de realização do estudo visando consolidar a constituição de uma Reserva onde possam se estabelecer de modo permanente. Foi elaborada com base nos dados coletados junto à documentação consultada, especificamente aquela do Processo Administrativo em trâmite na Funai e nos autos da Ação, consolidadas com informações coletadas durante o trabalho de campo.

### **Historiando a demanda**

A reivindicação territorial dos Fulkaxó foi registrada no Sistema de Terras Indígenas da Funai em 01/02/2008, mas desde 2006 um grupo de famílias auto nominado Fulkaxó, então oriundo da Terra Indígena Kariri-Xokó, em Porto Real do Colégio, habitada por índios Kariri-Xokó, encaminhou a Funai/Maceió e a Procuradoria da República em Sergipe, um “abaixo-assinado” com reivindicação territorial. Sobre a denominação assumida, dizem tratar-se da junção dos etnônimos Fulniô, Kariri e Xokó, grupos dos quais são originários.

A demanda dizia respeito à aquisição pela Funai de uma área para promover sua transferência, em virtude, principalmente da insuficiência de terras e das discriminações a que estariam sendo submetidos na terra indígena de origem. Esse pleito inicial não logrou êxito. Os índios alegam que a Funai na época, através da administração regional em Maceió, estava interferindo em disputas internas entre grupos familiares favorecendo um dos lados. Afirmavam que isso ocorria em virtude de o administrador ser filho do cacique Xokó, de

grupo familiar divergente dos demandantes, tanto no campo político como relacionadas às práticas rituais religiosas.

Sem resposta às suas reivindicações, o grupo volta a se mobilizar encaminhando dessa vez seus pleitos a outras autoridades. Esse segundo momento é marcado por um clima de maior tensão na área em virtude do assassinato do índio Edilson Santos, episódio em que dois filhos de Ademir Cruz, atual pajé Fulkaxó, foram presos acusados pelo crime. A repercussão interna é imediata, segundo relatos dos índios e de informações arroladas em documentos dos autos do processo, houve um recrudescimento nas relações entre as famílias do índio assassinado e aquelas da família Cruz, então predominante entre os Fulkaxó.

Essa segunda tentativa dos Fulkaxó foi formalizada em março de 2007 junto a AER-Funai em Maceió, por meio de um documento intitulado “Solicitação e Proposta<sup>6</sup>”, onde relatam o clima de insegurança na TI Kariri-Xokó com ameaças a integridade física a membros da família Cruz, tanto em decorrência do episódio do assassinato do índio Gilson dos Santos, mas também relacionados a acontecimentos anteriores. Desse modo, a demanda desde o início solicitava que a Funai adquirisse uma área para viabilizar a transferência do grupo familiar Cruz e de outros a ele agregado, em virtude do clima de tensão dominante na terra indígena. Em resposta, através do Ofício nº 043/GAB/AER-MCO/2007, a Funai sugere o encaminhamento de uma reunião junto ao MPF para tratar da questão.

Um dos fatores de agravamento dos conflitos dizia respeito à situação denunciada pelos Fulkaxó, sobre a parcialidade da atuação de instância local e regional da Funai em assuntos internos da comunidade. Os índios diziam que Edilson dos Santos era cunhado do então administrador regional e dessa maneira ele teria se empenhado para promover a prisão dos dois suspeitos da família Cruz, que sempre negaram a autoria e qualquer envolvimento no caso.

---

<sup>6</sup> O referido documento encaminha abaixo assinado relacionando 56 famílias na época (Processo nº 08768.000112/2007-DV – Fls: 26-31)

Desse modo, segundo os índios, o administrador estaria agindo em retaliação, pois os acusados pertenciam ao grupo familiar que se opunha ao de sua família e na época seu pai era cacique dos Xokó. Havia a possibilidade de graves conflitos armados em virtude das ameaças de vingança por parte dos parentes da vítima. Os Fulkaxó dizem que além do cacique Xokó, outras lideranças tanto dos Kariri como dos Xokó, tiveram naquele momento uma atitude passiva diante da gravidade da situação, contribuindo ainda mais para o aumento do quadro de tensão.

Faremos um pequeno recorte com objetivo de esclarecer alguns aspectos relativos às disputas políticas entre os Kariri-Xokó, principalmente nos anos 1990 e início dos anos 2000. É interessante destacar que embora sua origem seja da junção dos Kariri com os Xokó no final do século XIX, em muitas circunstâncias as representações políticas internamente eram referenciadas a cada uma delas. Em outras situações que antecederam a emergência dos Fulkaxó, em que ocorreram disputas entre os diversos grupos que ali conviviam, se torna mais patente essa distinção. Isso se revela na dinâmica da organização sócio-política dos “Kariri-Xokó”, pois nos anos 1990 há registro da existência de um cacique e de um pajé representando de modo independente, cada uma daquelas duas etnias. Os Kariri se afirmam como o grupo que originalmente habitava a região, o que de fato se configura como atestam os registros históricos e a eles se juntaram os Xokó, Karapotó, Fulni-ô, Tingui e outros povos de modo menos recorrente. Embora se registre uma mistura entre eles, os grupos familiares são geralmente designados de acordo com as diferentes etnias presentes na área.

Essa dicotomia verificada na comunidade Kariri-Xokó: um cacique e um pajé para cada um deles desencadeou um processo que alguns pesquisadores na época identificaram como faccionalismo político. Pode-se afirmar que o momento dessa reconfiguração política entre os Kariri e os Xokó, está relacionado a um embrionário movimento de outras famílias, que não se sentiam

representadas por aquelas lideranças, especialmente a partir dos anos 2000, e que vieram mais tarde a se constituir como os Fulkaxó.

A solução de ramificação do poder político se deu numa tentativa de contornar um intenso processo de disputas internas. Essa situação gerou insatisfações de outros grupos familiares que não se sentiam representados, algumas pessoas se sentiam alijadas das decisões, de outros fatores como a distribuição da terra e do acesso aos escassos insumos destinados ao grupo. Capitaneados por membros das famílias Cruz e Pires, um grupo passa a reivindicar um espaço maior na comunidade, organizando-se e encaminhando demandas a agências doadoras de recursos e financiamentos de projetos de desenvolvimento e o desejo de uma terra exclusiva onde pudessem se estabelecer. É nesse contexto que a descendência com os Fulni-ô propiciou um importante sinal diacrítico para o grupo, que veio a se materializar na construção da nova identidade; Fulkaxó.

A reivindicação dos Fulkaxó pela saída da TI Kariri-Xokó é resultado, porém de um processo que se iniciou em período anterior, em meados dos anos 1990, após episódios que intensificaram o acirramento de divergências entre grupos familiares num período em que não se vislumbravam a possibilidade de se assumirem enquanto unidade diferenciada. Os Fulkaxó referem-se a dois momentos; o primeiro em dezembro de 1996, quando o índio Gildeon Cruz sofreu um atentado e foi atingido por cinco tiros de arma de fogo e apesar da gravidade do fato, sobreviveu.

Gildeon é irmão de importantes lideranças Fulkaxó. Neste caso, o acusado pelo atentado seria um indivíduo não indígena. Embora não se tenha clareza sobre a motivação, a versão corrente entre os índios é de que estava relacionado a disputas fundiárias. Havia informação de que foi uma retaliação em virtude de uma retomada realizada pelos Kariri-Xokó da área denominada “Cercado Grande”, então ocupada por posseiros. No conflito que se instalou, segundo autos processo, dois não índios foram assassinados, os quais seriam

parentes do suspeito de atentar contra a vida de Gildeon Cruz. (Certidão – Processo Reivindicação Fulkaxo, Fls. 48). Essa informação é importante, porque na época esse movimento dos Kariri-Xokó opôs grupos familiares, entre os quais aquele da família Cruz, pois outros grupos se posicionaram contrários à mobilização acirrando ainda mais divergências internas.

Outro caso que se referem ocorreu anos depois, entre os dias 31/12/2002 e 01/01/2003, quando Ademilson Nunes Cruz teria sido morto às margens do rio São Francisco, em frente à aldeia. Segundo relatos e registros em documentação pesquisada, a vítima teria sido asfixiada e seu corpo atirado no rio. Neste caso, assim como no anterior, os Fulkaxó denunciaram que apesar de identificarem suspeitos envolvidos, houve omissão por parte da Funai local e da Administração Regional em Maceió, apesar de solicitarem providências, conforme Ofício N°. 60/PJ/P.R.C-AL, não foram atendidos. Essa época é nitidamente marcada por conflitos relacionados ao poder político entre lideranças Kariri-Xocó.

Outros documentos na época, como Boletins de Ocorrência, relatando denúncias de representantes da família Cruz, registram queixas acerca da atuação parcial da Funai local e regional, tanto na condução de providências nos casos citados como relacionados a outras situações, que estaria fomentando diferenças internas entre os grupos familiares. Encontramos um “Abaixo Assinado” que narra ingerências da Funai em questões internas da comunidade. As acusações recaíam sobre o administrador regional e ao chefe de posto (Processo Reivindicação Fulkaxó/Funai, Fls. 52-55). Esse quadro se agravava também em épocas de eleição através de alianças de grupos familiares Kariri-Xokó com a política local, ocasião em que servidores da Funai atuavam, segundo denúncias, em campanhas políticas de candidatos não indígenas.

Os Fulkaxó contam que no período da campanha para o pleito de prefeito e vereadores de 2004, o Chefe do Posto Indígena Kariri-Xocó atuou ativamente na campanha do candidato Eraldo Cavalcante que concorria ao cargo

de prefeito de Porto Real do Colégio, prestando serviços para o mesmo. E o mais grave, segundo denúncias, era o uso da estrutura da Funai local para este fim.

Tal situação agravou as disputas internas, pois parte da comunidade, em especial aquelas famílias que vieram a se agregar em torno do etnônimo Fulkaxó, opunham-se ao candidato apoiado pela Funai local e por outros grupos familiares, resultando em conflitos diretos entre as partes com registro de agressões físicas e tentativa de assassinato. No dia 30/09/2004, de acordo com documentos consultados, o índio Ivanildo dos Santos foi agredido por golpes de facão desferidos pelo também índio Delgrado Militão. Após o episódio, este teria recebido ajuda do chefe do posto para se evadir do local, por ser do partido do candidato aliado ao funcionário da Funai. (Processo Reivindicação Fulkaxó/Funai, Fls. 59 – 60).

O cenário em que a Funai atuava como agente fomentador de conflitos, chegou a tal ponto que em dezembro de 2004, o pajé Júlio Suirá Queiroz encaminhou um documento ao presidente do órgão e ao Ministério Público Federal/AL, solicitando, dentre outras demandas, a remoção imediata do chefe do posto. A denúncia é assinada também pelo Conselho Tribal e grande parte da população indígena, alertando que os Kariri-Xocó se encontravam em “pé de guerra causado pela atuação do Chefe do Posto com anuência do Administrador Regional da Funai de Maceió”, que até aquele momento não havia tomado nenhuma providência mesmo diante da possibilidade de ocorrerem “conflitos armados com consequências ainda mais graves”.

A denúncia se referia também a omissão de outras lideranças tradicionais, em especial o cacique Xokó; *providências não foram executadas, provavelmente, por ser o Sr. José Heleno de Souza, ocupante da função de Administrador Executivo Regional da Funai em Maceió, filho do Sr. Cícero de Souza Santiago, Cacique nesta Comunidade Indígena Kariri-Xocó, onde o mesmo se pronuncia autoritariamente em favor do Chefe do PIN Kariri Xocó.* (Carta

Aberta S/N/2004 P. R. do Colégio-AL, 13/12/2004; enviada pelo pajé Júlio ao Presidente da Funai).

O que chamava a atenção no contexto das disputas internas era o fato de estar interferindo na religiosidade e práticas rituais do grupo, pois o pajé Júlio dizia na época que a realização das festividades religiosas, principalmente do ritual sagrado do Ouricuri, estava comprometida. Em reunião que aconteceu no dia 01/12/2004 com a comunidade, o pajé afirmava “estar sem condições de realizar as atividades rituais” diante do quadro de tensão e desagregação na área.

No ano seguinte, em 2005, sem que houvesse qualquer ação no sentido de viabilizar alternativa à situação, as disputas internas se intensificam novamente a partir da mobilização de parte da comunidade que organiza uma grande manifestação em Maceió, na sede da Funai, articulada pelo pajé Júlio Queiroz e pelo cacique Karapotó, Juarez Souza, que já tinha morado na área e mantinha laços de afinidade e solidariedade junto aos Kariri-Xokó. Os índios contam que ao se deslocarem para Maceió, outro grupo armado ligado ao cacique Xokó e ao chefe de posto, tentou interceptá-los na estrada visando impedir que realizassem a manifestação, não ocorrendo um confronto pela intervenção da Polícia Rodoviária Federal. (Processo Reivindicação Fulkaxó/Funai, Fls. 62 [Ofício nº 614/2005/GAR/13ª SRPRF/AL, 12 de agosto de 2005]).

É nesse ambiente pautado por disputas agravadas pela atuação da Funai e do cacique Xokó, na época pai do administrador regional, que um grupo de famílias predominantemente Cruz e Pires, num processo de emergência se autoproclama Fulkaxó e sai em busca de uma área fora da terra indígena onde pudesse se estabelecer e fundar uma nova aldeia. Os índios relatam que eram correntes atos de vandalismo dentro da terra indígena como a invasão e destruição do posto de saúde, tráfico e consumo de drogas ilícitas e de bebidas alcoólicas, associada a uma crescente presença de não índios, situação que repercutia na realização do ritual sagrado do Ouricuri sendo apontada como

motivo principal de seu desejo de sair. É neste cenário em que as cisões se tornam irreversíveis configurando a necessidade de saída do grupo.

Através de documento intitulado “Abaixo assinado – formação de uma nova tribo – Fulkaxós”, um grupo de famílias tendo à frente lideranças da família Cruz, comunica a formação de *uma nova tribo*, constituída por indígenas de mesma ascendência e que *compartilham dos mesmos costumes e tradições*, se identificando como um povo originário dos Fulni-ô, dos Kariri e dos Xocós (como visto, o nome Fulkaxó é uma junção das iniciais dos etnônimos). (Processo Reivindicação Fulkaxó/Funai: Fls. 80 – 82; documento não datado).

Para os Fulkaxó, os episódios narrados, ocorridos ao longo dos últimos anos na TI Kariri-Xocó, vêm sucessivamente contribuindo conforme relato de representante indígena durante o trabalho de campo *“para a desagregação do grupo, a perda de valores éticos e morais, da nossa dignidade de ser índio e de continuidade da nossa descendência, nossos costumes, tradições, idioma e o mais importante, ritual indígena religioso e oculto”*. Desse modo, recorriam às autoridades no sentido de buscar alternativas que viabilizassem melhores condições de sobrevivência para os componentes do novo grupo.

Justificava o desejo de sair da terra indígena devido *“à grande mistura de índios com brancos sem vínculos com a comunidade”*, situação que os deixava vulneráveis, *“sem que as lideranças tradicionais tomassem providências a respeito, muitos índios em contato frequente com brancos assimilavam má conduta, como o uso de drogas e se tornavam perigosos para a comunidade*.

Outros fatores contribuía também para o quadro de desagregação, de acordo com eles, conflitos de natureza política associados principalmente à disputa pelos recursos e investimentos públicos na área a partir de políticas diferenciadas. Os conflitos ocorriam entre grupos familiares vinculados às etnias que historicamente deram origem ao grupo, ou seja, os Kariri e os Xokó, numa conjuntura que opunha na época o cacique Xokó e o pajé Kariri, cada um representando interesses individuais. Entre outros aspectos, a disputa dizia



respeito à distribuição e apropriação de recursos e insumos, desenvolvimento de projetos, além de funções e ocupações destinadas aos indígenas. Os Fulkaxó tentaram se desvincular dessas disputas buscando alternativas que passavam pela constituição de uma nova aldeia fora da terra indígena.

Em 2007 a Funai se manifesta pela primeira vez em relação a demanda dos Fulkaxó através da CGAF, que solicita que a administração regional da Funai em Maceió justificasse a necessidade de aquisição de terras para o grupo. Dois anos depois, já no ano de 2009, a Diretoria Fundiária do órgão insiste para que o pleito fosse mais bem embasado, arguindo que tal pressuposto deveria se aplicar a situações de extrema gravidade, “se comprovada à existência de fatos de extraordinária gravidade, tais como: calamidade pública, grave perturbação da ordem pública, conflito irreversível entre grupos e/ou núcleos familiares habitantes de uma mesma terra, etc”.

Na época o processo de regularização fundiária da TI Kariri-Xokó encontrava-se suspenso, obstado em virtude de decisão judicial, embora de caráter provisório. Desse modo, a população estimada em 2.300 pessoas estava confinada numa exígua parcela de terra de aproximadamente 700 ha, para abrigar residências, áreas para atividades econômicas e religiosas, sendo, portanto claramente insuficiente para atender as necessidades de sobrevivência física e cultural da população. Tal situação de confinamento contribuía para intensificar disputas internas entre grupos familiares, decorrentes, porém de diferentes fatores.

Apesar da mobilização dos Fulkaxó junto a Funai ter resultado na abertura de processo administrativo no órgão, as providências quanto a situação não tiveram desdobramento, sendo portanto, fonte de reclamações por parte dos índios que encaminharam sua demanda ao Ministério Público Federal que, em 28 de junho de 2012, ajuizou ação civil pública contra a União e a Funai, com o objetivo de que fosse encerrada a instrução do processo administrativo nº 08768.000.112/2007-DV em trâmite junto à referida Fundação, bem como que

os requeridos adotassem providências de cunho orçamentário para fins de aquisição de terras para alocar os índios Fulkaxós em área que viabilizasse a sua sobrevivência física e cultural, em razão da impossibilidade de convivência pacífica entre os Fulkaxó e os Kariri-Xocó no mesmo espaço territorial.

Decorrente dessas ações, no ano seguinte foi providenciada vistoria num imóvel rural reivindicado pelos índios, após intensa busca promovida por eles na região. Essa mobilização resultou no envio de um técnico pela Funai, em 15/03/2013, para realizar visita de reconhecimento do imóvel apontado pelos Fulkaxó, para avaliar as condições e o valor do mesmo, diante da possibilidade de vir a ser adquirido pelo órgão para usufruto dos índios. Tratava-se de uma área de 555 ha, parte da Fazenda Cadoz, denominada Cadoz de Cima.

Nesse mesmo ano foi realizada no Ministério Público Federal em Sergipe, audiência de instrução e julgamento no dia 27 de setembro, oportunidade em que foram colhidos os depoimentos de Ademir Cruz Soiré (pajé), Humberto Cruz (cacique) e Josete Cruz de Moraes, liderança Fulkaxó. Tinha como finalidade decidir encaminhamentos sobre o procedimento de regularização fundiária junto a Funai de área para aquelas famílias, buscando por meio da aquisição de terras, solucionar a questão relativa à impossibilidade de convivência pacífica entre os Fulkaxó e os Kariri-Xocó, através da finalização do processo administrativo nº 08768.001112/2007-DV.

O Ministério Público afirmava que mesmo diante de determinação judicial imposta por sentença e confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, (autos da Ação Civil Pública nº 00036670920124058500) não se configurou pela Funai providências no sentido de dar continuidade ao procedimento de aquisição de uma área para os Fulkaxó, embora tivesse ocorrido aquela primeira intervenção do órgão no sentido de promover vistoria no imóvel Cadoz de Cima, conforme Memorando nº 193/2013/GAB/CR NORDESTE I/FUNAI. O documento encaminha Relatório intitulado *Considerações Sobre Área*

*Apresentada pelos Índios Fulkaxó em Pacatuba-SE produzido por engenheiro agrônomo da Funai/CR Nordeste I/Maceió (Elihimas, 2013).*

*Embora não tenha se aprofundado em sua análise preliminar, o Relatório apresentava conclusões favoráveis em relação ao imóvel, indicando-o como apropriado para o assentamento das famílias Fulkaxó, descrito como uma área que preserva vegetação e fauna em condições até razoáveis, esperando-se que com a aquisição para os Fulkaxó, haja uma maior vigilância e consequente diminuição de ações ilegais de caçadores e cortadores de madeira, resultando em aumento na fauna e flora, que poderão de forma sustentável contribuir com a sobrevivência física e cultural dos índios.*

*Informava que o imóvel é parte da Fazenda Cadoz, composta por duas áreas; Cadoz de Cima e Cadoz de Baixo, sendo que a última não estava na época incluída como parte de negociação embora fosse objeto de reivindicação dos índios. É ali onde se situa a sede do imóvel, também residência do proprietário, e é cortada pelo rio Pacatuba, onde há viveiros para piscicultura. A superfície total, incluindo as duas áreas, é parte da borda do platô de Neópolis. A fazenda Cadoz, quando da criação do perímetro irrigado do Platô de Neópolis em 1994, teve parte de sua área desapropriada para o projeto, perdendo as porções planas, hoje ocupadas pela irrigação.*

*Conclui sua descrição afirmando que foram encontrados alguns antigos moradores na borda do plano em área que seria parte da reserva do Platô. Segundo soubemos em conversa com o senhor Gisélío Rodrigues de Souza (um dos moradores), essa área foi desapropriada, mas a indenização devida aos moradores não foi paga ou incluída no pagamento do resto da fazenda, e eles, inconformados e com apoio do Centro Dom José Brandão de Castro, tentam, junto a COHIDRO, a solução da questão, que passa pela indenização e pelo assentamento em outra área ou pelo reconhecimento da posse onde estão. Em sendo corretas as informações, estas áreas não são parte da Cadoz atual e não estariam em negociação.*

Em 2014, tendo em vista as articulações e mobilização indígena em torno de sua reivindicação territorial e como resultado de Ação Civil Pública impetrada pelo MPF, a Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe I Vara – Processo Nº 0003667-09.2012.4.05.8500 (Fevereiro de 2014) determinou que a Funai encaminhasse providências administrativas visando *o reconhecimento da etnia e a aquisição de terras para alocar os índios Fulkaxó em área que viabilizasse a sua sobrevivência física e cultural, bem como que fosse concluído pelo órgão o Processo Administrativo nº 08768.000.112/2007-DV*, estipulando um prazo para que o mesmo ocorresse.

Os argumentos coligidos à presente ação especificavam sua razão em virtude da impossibilidade de convivência *pacífica* entre os Fulkaxó e os Kariri-Xokó no mesmo espaço territorial, registrando-se ameaças de morte entre ambos, tendo como principal causa à insuficiência da terra e a discriminação dos Fulkaxó na distribuição da terra. Tal situação refletia a existência contínua de conflitos relacionada também, segundo os Fulkaxó, ao crescimento populacional dos Kariri-Xokó em razão de sua miscigenação com brancos, fato que estaria repercutindo entre outros problemas, na realização do ritual sagrado do Ouricuri.

A Funai alegava que a morosidade no encaminhamento de providências se dava pela paralisação pela justiça do processo demarcatório da TI Kariri-Xokó, cujos estudos resultaram na identificação de uma superfície aproximada de 4.964 hectares, declarados em 2006 pelo Ministério da Justiça (Portaria nº 2.358/MJ/2006). Tal situação, segundo a Funai, impunha restrições a aquisição de terras para indígenas considerando as normas que regulam o assunto.

Desse modo, desde aquelas primeiras demandas registradas em 2009, a Funai insistia para que se justificasse melhor o pleito de aquisição de terra, arguindo que tal pressuposto deveria ser aplicado a situações de extrema gravidade, enfatizando a possibilidade de ocorrer diante de “conflito irreversível

entre grupos e/ou núcleos familiares habitantes de uma mesma terra”, que era o caso dos Fulkaxó.

A resistência inicial do órgão levava em consideração que o processo de regularização fundiária da TI Kariri-Xokó encontrava-se suspenso em virtude de decisão judicial de caráter provisório, confinando a população indígena numa parcela de terra insuficiente para atender suas necessidades de sobrevivência física e cultural. Argumentava que caso se confirmasse decisão judicial favorável à desocupação da terra indígena, permitindo sua ocupação plena pelos índios, haveria condições de alocar todos os grupos familiares divergentes sem a necessidade de transferência dos Fulkaxó para outra área a ser adquirida pelo órgão.

O entendimento corrente era que a situação de confinamento contribuía para as disputas internas entre grupos familiares, embora decorrentes de diferentes fatores, as justificativas da Funai recaíam exclusivamente sobre a insuficiência de terras como elemento central das divergências.

No que diz respeito ao pleito indígena, após perambularem pela região em busca de um espaço para se estabelecerem, encontraram o imóvel Fazenda Cadoz e passaram a reivindicá-lo para sua fixação. Nesse sentido, o Processo nº 08620-017075/2011-03, relativo à constituição de Reserva Indígena para os Fulkaxó foi encaminhado pela Diretoria de Proteção Territorial – DPT à Coordenação-Geral de Assuntos Fundiários – CGAF, para providências necessárias à constituição de um GT, o que se consolidou em 2018 através da Portaria nº 1.104/Pres/Funai de agosto de 2018.

Os estudos de natureza antropológica, cartográfica e ambiental necessários para constituição de Reserva Indígena atendendo reivindicação fundiária dos Fulkaxó, nos municípios de Neópolis e de Pacatuba, estado de Sergipe, tiveram a etapa do trabalho de campo realizada em outubro de 2018, resultando no presente Relatório.

## DADOS GERAIS

### História antiga

Embora os Fulkaxó tenham surgido enquanto povo indígena autônomo no contexto dos últimos anos, eles têm sua trajetória de vida associada historicamente aos Kariri-Xokó. Portanto, para entender a dinâmica das relações atuais entre as etnias, é imprescindível conhecer o contexto histórico que condicionou um cenário, que une e desune ambas as populações, a partir de disputas ocorridas internamente nas últimas décadas na TI Kariri-Xokó.

Grande parte dos povos indígenas localizados na região que compreende a área etnográfica do Nordeste vive na bacia do rio São Francisco. São populações de longo contato com não índios, desde a invasão do Brasil na parte litorânea no século XVI e, posteriormente, na parte interiorana, desde meados do século XVII. Assim como os demais povos indígenas do Nordeste, os Kariri-Xokó são originários da mistura de vários grupos que ali habitava sujeitos a processos de *territorialização*<sup>7</sup> (Oliveira, 1998), conceito a partir do qual se fundamentam as principais análises etnográficas sobre os índios da região.

Refere-se a um processo político que associa o indivíduo ou um grupo específico a um determinado espaço, através do qual a identidade social de ambos é construída pela relação dinâmica que esta guarda com um lugar (território) e vice-versa. Esse processo histórico remete a dois momentos, um primeiro, entre os séculos XVII e XVIII com a política de aldeamentos vinculados a missões religiosas; um segundo, já no século XX, através da atuação de agências indigenistas do Estado Brasileiro.

---

<sup>7</sup> Territorialização entendida como proposto por Oliveira (1998): “É uma intervenção da esfera política que associa — de forma prescritiva e insofismável — um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados. [...] O que estou chamando aqui de processo de territorialização é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo — nas colônias francesas seria a ‘etnia’, na América espanhola as ‘reducciones’ e ‘resguardos’, no Brasil as ‘comunidades indígenas’ — vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso)”.

Registros históricos apontam a presença dos Kariri<sup>8</sup> e dos Xocó habitando a região do baixo São Francisco desde a instalação dos primeiros aldeamentos jesuíticos, no século XVII, que funcionaram até a extinção das Juntas das Missões em 1759 pela legislação pombalina. A origem dos Kariri-Xokó está relacionada ao aldeamento de Colégio, criado em 1703, onde se registravam as presenças dos Cropotós (Carapotós), Cariris, Aconans, Ceococes (possivelmente variações de Ciocós ou Chocós/Xokós) e Prakiós. Dependendo da fonte histórica, constata-se também referências a outras etnias ou daquelas mesmas grafadas de outra maneira (Santana, 2015).

Os jesuítas chegaram às margens do rio São Francisco vindos dos Colégios da Bahia e de Pernambuco. A cidade de Porto Real do Colégio tem este nome por ter-se originado da Residência do Urubu – Mirim<sup>9</sup> fundada em terras doadas ao Colégio Jesuíta de Recife. Em torno desta Residência foram estabelecidas duas aldeias para fins de catequese; a de Colégio e a de São Brás de acordo com a Lei de 4 de junho de 1703. (Silva, 2015). Esta lei se baseava no Alvará Régio de 1700, que determinava ainda que "a cada missão se dê uma légua em quadra para a sustentação dos índios e missionários".

Ambas as aldeias tinham como referências sua subordinação à Vila e Penedo, sendo que Colégio, de invocação de Nossa senhora da Conceição, se localizava a sete léguas à montante de Penedo e a de São Brás, invocação de N. Senhora do Ó, cerca de duas léguas acima da primeira. A área de cada uma das aldeias seria de "duas léguas de frente por uma de fundo", dimensões que vamos

---

<sup>8</sup> Sobre os *Cariris*, inúmeros registros apontam desde o século XVII que constituía grupo que habitava um vasto território que compreendia parte do Ceará até o norte da Bahia, alcançando o sertão pernambucano e paraibano. Sua língua (considerada extinta) fazia parte do tronco Macro-jê e pertencia à família Cariri, englobando as línguas Kipeá (ou Kiriri), Dzubukuá, Sabuyá, Pedra Branca (Kamurú), falada da Bahia ao Piauí tendo sido documentada apenas as duas primeiras. Os *Cariris* foram apontados como falantes da língua Dzubukuá. Atualmente algumas palavras da antiga língua são faladas no contexto do ritual do Ouricuri e para classificar algumas plantas medicinais. (Mata, 1989)

<sup>9</sup> Segundo Fernandes (2013), o antigo *Aldeamento Urubu-Mirim*, foi fundado em 08/12/1568, e ali reunidos índios sobreviventes de massacres, como os Kariri, os Karapotó, os Econan, antiga denominação da tribo Kariri-Xokó.

encontrar registadas em grande parte da documentação oficial, reproduzido também pela tradição oral do grupo indígena.

A aldeia de São Brás era constituída de índios Kariri e “Progez” e estava referenciada a Comarca de Penedo até o século XVIII, e a de Colégio para índios “Cariris, Aconãs e Carapotós”, até o século XIX (Oliveira, 2011). Embora não tenhamos registros que confirmem, é possível que em algum momento os índios da primeira, em grande parte, tenham se agregado a segunda aldeia.

Na segunda metade do século XVIII, em 1755, antes da expulsão dos jesuítas, foram decretadas pelo Marquês de Pombal, novas diretrizes para a política indigenista no Brasil radicalizando aquela vigente com as missões. Destacam-se nesse novo cenário medidas que consistiam na total assimilação dos índios. Esse período é impactante no que diz respeito ao incentivo à ocupação dos aldeamentos pelos colonos e, sobretudo, aos casamentos interétnicos entre índios e brancos com fins de miscigenação. Situação que repercute em dificuldades cada vez maiores na identificação dos considerados índios, já que a afirmação da identidade estava relacionada à descendência (Celestino de Almeida, 2005).

Com o choque de interesses entre religiosos e colonos que se instalou na colônia após o decreto régio, os últimos conseguiram consumir a expulsão dos missionários e assim empreender significativa mudança na política indigenista a partir de 1759. As aldeias passam a ser administradas por civis e regidas pelo Diretório Geral dos Índios. Tempos depois, já no final do século XIX, sob a alegação de não existirem mais índios, foi decretada oficialmente a extinção dos aldeamentos e suas terras passaram a ser consideradas “devolutas”, sendo incorporadas ao domínio público, conforme sentenciado por decreto provincial e imperial (Antunes, 1984).

Essa política reflete num processo de invisibilidade dos índios, o que pode ser verificado já na primeira metade do século XIX segundo dados históricos, período em que se registra alteração expressiva das características populacionais



dos aldeamentos. É nesse momento que a história dos Kariri com os Xokó se aproxima, considerando inicialmente a situação dos Xokó da missão de São Pedro em Porto da Folha, Sergipe.

De acordo com Dantas (1980), *no ano de 1825, a missão (de São Pedro) contava com 127 índios e 302 não-índios recém ingressos como habitantes legais da terra de missão. Nesse período ocorre uma variação da população indígena com um decréscimo de 300 índios em 1808 para os 127 acima mencionados. Supõe-se que umas das possibilidades para esta mudança seja um abandono das terras pelos índios por conta da péssima perspectiva de sobrevivência diante das condições estabelecidas pela administração civil. Casos de migração passam a aparecer com maior constância nos registros oficiais, cujo motivo teria sido a total desassistência, tanto espiritual quanto civil, aos indígenas.* Nesse período se registra uma significativa dispersão dos índios da missão de São Pedro, muitos vieram a se estabelecer então na missão localizada em **Pacatuba**, Sergipe, região onde se situa o imóvel reivindicado pelos Fulkaxós e próxima de Porto Real do Colégio.

O agrupamento dos Kariri com os Xocó ocorreu no final do século XIX, quando os últimos são expulsos de sua terra, na Ilha de São Pedro no município de Porto da Folha em Sergipe. Na diáspora Xokó, parte deles foi acolhida pelos Kariri em Porto Real do Colégio/AL (Mata, 1989). Nessa época, na Ilha de São Pedro, um conflito havia se instalado em consequência da Lei de Terras promulgada em 1850, que demandou um mapeamento detalhado das terras disponíveis no Brasil, especialmente aquelas dos aldeamentos indígenas, muitas definidas como devolutas. Essa Lei extinguiu a prática de sesmarias e definia o acesso à terra unicamente através da compra, o que implicou num avanço considerável sobre elas pelos brancos economicamente abastados, pois teriam facilidades de legalizar suas posses definitivamente.

Quando em 1887 foi declarada a extinção dos aldeamentos esse processo se intensifica, acelerando a aquisição das terras pelos fazendeiros,

especialmente aquelas das missões. A Ilha de São Pedro, por exemplo, foi adquirida em 1897 por João Fernandes de Britto sob a justificativa de que ali não havia mais índios, constitui o primeiro litigante de uma família tradicional que entra em duradouro conflito pelas terras com os Xokó, persistindo até o final do século XX. Com as investidas da família Britto, parte dos Xokó<sup>10</sup> se refugia na aldeia indígena em Porto Real do Colégio, vindo abrigar-se junto aos índios Kariri, atualmente denominados Kariri-Xocó por conta da fusão étnica iniciada neste período (Souza, 2011). O etnônimo *Kariri-Xocó* se originou dessa união.

O século XIX se destaca como um período em que grande parte dos índios que habitava o Nordeste, já tinha sido aldeado ou vivido em aldeamentos, onde, desde o século XVIII, havia forte incentivo ao casamento interétnico entre indígenas e colonos, visando, sobretudo à extinção dos aldeamentos sob a alegação de tratar-se de “índios misturados”, categoria que os desqualificava etnicamente e tinha como consequência a perda de direito à posse de terras, então tratadas como “devolutas” e transferidas para as Comarcas onde se localizavam com consequências até os dias de hoje, considerando conflitos fundiários que persistem ainda na região.

A legislação ao permitir a transferência para os estados o controle das “terras devolutas”, facilitava a possibilidade de incorporar os terrenos dos antigos aldeamentos aos municípios em formação. As antigas Vilas expandiam seu núcleo urbano e famílias vindas de outras localidades se instalavam e através do arrendamento, por exemplo, estabeleciam controle sobre parcelas importantes da terra, restringindo cada vez mais a possibilidade de sua ocupação pelos índios (Oliveira, 1999).

A constituição da República em 1889 trouxe um novo cenário em relação à perspectiva de mudanças na política indigenista no país. De fato, no

---

<sup>10</sup> Segundo registros, o grupo que migrou para Porto Real do Colégio e acolhido pelos *Kariri*, com quem já estabeleciam relações de trocas, era liderado por Inocêncio Pires (parte do grupo familiar Pires compõe hoje os Fulkaxó). Outra parte dos Xocó, que também se dispersou na época, retornou e mobilizado num movimento de retomada, já nos anos de 1970, conseguiu em 1979 junto ao governo do estado de Sergipe, a cessão das terras da Ilha de São Pedro, que havia sido leiloada com a Lei de Terras de 1850. (Mata, 1989)

início do século XX, com a atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) criado em 1910, especificamente no nordeste diversos povos considerados “extintos” reaparecem para o Estado Brasileiro reclamando seus direitos territoriais como populações diferenciadas. Para o SPI, contudo, o índio do Nordeste *situado fora da região de expansão das fronteiras econômicas, parecia fadado a disputar espaço entre os trabalhadores rurais sem terra. Foram apenas em situações excepcionais, em respostas a pressões diretas de personalidades da região e, posteriormente, na visita de representantes indígenas às autoridades na capital federal que o SPI agiu.* (Oliveira; 2011).

As primeiras intervenções do órgão em atendimento as reivindicações dos índios no Nordeste ocorrem nos anos 1920, inicialmente com a criação do Posto Indígena Dantas Barreto em Águas Belas, para os Fulni-ô (1924). Algum tempo depois, já nos anos 1930, mais dois Postos: Potiguara-PB (1932) e Pankararu, no Brejo dos Padres -PE (1934). Outras unidades só seriam criadas pelo menos 10 anos depois, já na década de 1940, se destacando *em 1944 o PI de Tratamento Padre Alfredo Dâmaso em Porto Real do Colégio (AL) para os Kariri-Xokó; em 1945, para os Tuxá (BA) e Truká (PE), e em 1949 para os Atikum (PE) e os Kiriri (BA) (Idem).*

Hohenthal Jr. (1960), pesquisador que percorreu o Vale do São Francisco entre os anos 1951 e 1952, visitando vários grupos indígenas que correspondiam à área de atuação da 4ª Inspeção Regional do SPI sediada em Recife, descreve que em janeiro de 1952, aproveitando a reunião de diversos grupos indígenas (“Shocó” e “Natu”) de Alagoas e Sergipe para o ritual do Ouricuri, deslocou-se para o Posto Alfredo Dâmaso, acompanhado de um guia “Fulni-ô”, Lourenço Correia de Amorim ressaltando uma relação histórica dos índios de Colégio com os Fulni-ô.

O autor chama a atenção para a miscigenação com brancos verificado na área e a situação precária dos índios: .... *Ainda guardam algumas tradições e costumes. [...] A maior parte é de mestiços, curibocas e mulatos.... Essa gente da*

*aldeia em grande parte compõe o elemento desprezado da cidade de Colégio, numa favela da cidade ocupando uma extensão de uma travessa e a gente mais baixa da cidade mora no resto da mesma. Se não fosse informado, nunca poderia determinar onde começava a favela ou a aldeia, pois parecem iguais não somente as choças, mas também a gente e a sua miséria econômica (Idem).*

Outro importante etnólogo, Carlos Estevão de Oliveira, havia visitado a região anteriormente, no final dos anos 1930. Seu roteiro se inicia em 1937 pela cachoeira de Itaparica no lado pernambucano, dali, seguindo pelo rio São Francisco chega a Porto Real do Colégio, onde *afirma ter encontrado descendentes das tribos: Natu, Chocó, Carapotó, Prakió e Naconã, também aldeadas em Colégio...* O autor ressalta interação com os Fulni-ô e com os Pankararu no campo ritual, *a cultura espiritual dos caboclos de Colégio cai na mesma estratificação da do Brejo dos Padres (Pankararu) e de Águas Belas (Fulni-ô).* (Oliveira, 1942).

Sobre a territorialidade Kariri-Xokó, há uma versão corrente entre os índios de que suas terras foram concedidas pelo Imperador D. Pedro II, quando de sua passagem por Porto Real do Colégio em uma viagem empreendida pelo Rio São Francisco em direção à Cachoeira de Paulo Afonso, no ano de 1859. Contam os índios que o imperador foi recebido na época pelo índio Manoel Baltazar<sup>11</sup>, episódio mencionado por alguns autores como Mata (1989), Nascimento (2000) e Atlas (1993).

## **Século XX: História recente**

A área que os Kariri-Xokó ocupam hoje foi sucessivamente objeto de projetos governamentais desde o final do século XIX, com denominações e finalidades distintas; segundo registros documentais, desenvolvidos na região a

---

<sup>11</sup> O índio Manoel Baltazar figura entre os Kariri-Xokó como um pajé que pertence ao “tronco” de Júlio Queiroz, atual pajé. Parte do núcleo familiar correspondente tinha divergências com membros da família Cruz (Fulkaxó) principalmente a partir dos anos 1990, situação que repercutiu na condição de permanência desses últimos na TI Kariri-Xokó.

partir de 1877, onde, ao redor, gravitava contingente significativo de mão de obra sem-terra, constituído de índios e brancos que pressionavam o governo pela posse da terra. Naquele período foi “criada pelo Governo Imperial a Colônia Federal, na região onde hoje os índios se encontram. Parte da superfície da Colônia foi reservada em 1924 para novos projetos e o restante titulado e distribuído entre os brancos”.

Considerando as décadas iniciais do século XX, esse espaço teve diferentes finalidades e usos: entre 1924-1933 serviu como Fazenda do Serviço do Algodão; em seguida, de 1933 a 1938, Serviço de Plantas Têxteis; em 1941, Campo Experimental de Sementes; depois, de 1949 a 1954, Posto Agropecuário Federal sob a administração da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF); de 1954 a 1967, Fazenda Escola; e, de 1967 a 1976, Fazenda Modelo, inicialmente administrada pela SUVALE, depois pela CODEVASF. (ATLAS, 1993)

Apesar de investimentos públicos recorrentes na região através de projetos desenvolvimentistas, poucos benefícios trouxeram para os índios, pois na maioria das vezes eram excluídos dos programas e ações levando-os a uma situação patente de vulnerabilidade. Por exemplo, no início dos anos de 1940, a situação dos Kariri-Xocó era de completo abandono. Sem acesso as terras viviam na periferia de Porto Real do Colégio, “imprensados”, como se referem, na Rua São Vicente, conhecida até hoje como “Rua dos Caboclos” expostos a preconceitos e era comum terem negada a identidade étnica. Fizemos referência a esse período porque é o momento em que demarca a criação do Posto Indígena no ano de 1944, cuja sede foi instalada no início da rua dos caboclos.

A maior parte da população indígena morava em casas de taipa cobertas com palha de arroz (abundante na época) e piso de chão batido e não dispunha de áreas para atividades de subsistência, pois na sua terra ancestral além da crescente presença de não índios era ocupada também pelos empreendimentos governamentais. As principais atividades econômicas desenvolvidas pelos Kariri-Xokó consistiam na pesca artesanal, na produção

cerâmica de potes e panelas e na venda da força de trabalho no comércio da região.

Expulsos de suas terras, morar na “Rua dos Caboclos” significava ser segregado do restante da população local; *A rua dos índios [ou dos caboclos], assim, se evidenciou, durante longo período, como marco diferenciador entre índios e não índios. Ficar na rua dos índios, de certo modo, era reforçar os estereótipos de preguiçoso e cachaceiro, com os quais a população não índia e até alguns índios que moravam em outros pontos da cidade, identificavam os caboclos.* (Mata, 1989)

Tal estereótipo é reforçado por Hohenthal Jr. (1960), pesquisador que visitou a região nos anos 1950 descrevendo os índios de forma preconceituosa: *Essa gente da aldeia em grande parte compõe o elemento desprezado da cidade de Colégio, vivendo numa favela da cidade..., várias vezes vi indivíduos nas ruas com feições clássicas do índio mongoloide com os quais entrei em conversa, indagando assim se eram índios e se pertenciam a aldeias. Estes negaram calorosamente que eram, preferindo não ser confundidos com aquela “canalha do posto...”*

O autor se referia a uma situação observada logo após a criação do Posto Indígena e continua sua narrativa descrevendo os índios de maneira preconceituosa: *...antes de o sr. Cícero Cavalcanti chegar (funcionário do SPI encarregado do Posto), os descendentes dos Shocó<sup>12</sup> moraram indiscriminadamente na cidade com os Neo-brasileiros e, como estes, ocupando-se da manufatura de louça de barro e na pesca. Não havia diferenciação entre os dois elementos quanto a sua vida e ocupação. Uma vez estabelecido o posto, porém, os primeiros indivíduos que tomaram vantagem de um governo benevolente foram os preguiçosos, lerdos, beberrões e desordeiros (Idem).*

---

<sup>12</sup> O autor geralmente se refere em suas publicações aos índios de Colégio como “Shocó”, embora tenha citado a existência de vários outros grupos ali convivendo e partilhando o espaço.

Essa situação, que refletia na negação da própria identidade étnica pelos índios, é concebida por eles como uma estratégia de sobrevivência dada à condição de vulnerabilidade a que estavam submetidos. Ao legitimar a visão preconceituosa vigente entre os brancos na época, o autor questionava a validade da instalação do posto indígena na área: *Pessoalmente não compreendo por que um posto foi estabelecido aqui. Além disso, acho que foi um grande erro colocar o posto onde está agora, numa favela da cidade. Os Shocó do posto ocupam uma extensão de uma travessa e a gente mais baixa mora no resto da mesma...* (Idem).

É importante destacar também que a partir dos anos 1940 ocorrem mudanças importantes na região repercutindo significativamente na história dos Kariri-Xokó. Em 1941 foi criado o “Campo Experimental de Sementes”, efetivado com o Decreto Lei nº 2.645, sob a posse da União, junto ao Fomento de Produção Agrícola do Ministério da Agricultura. Segundo Nascimento (2000) as atividades do projeto no começo eram irregulares e inconstantes e *o acesso dos indígenas às terras foi proibido*, embora alguns conseguissem estabelecer roçados dentro das terras demarcadas para o projeto.

A situação dos Kariri-Xokó demandou em 1945, através do encarregado do Posto Indígena junto à 4ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, reivindicação de assistência aos indígenas e uma faixa de terra onde o grupo pudesse viver. O documento questionava a situação alegando que a área onde foi criado o projeto era indígena e havia sido usada pelo governo para a instalação do empreendimento, e paradoxalmente, proibia que os mesmos tivessem acesso à terra. Desse modo foi tentado junto ao Ministério da Agricultura a cessão de uma área para os índios: *Em atendimento às demandas do encarregado do posto, a 4ª Inspeção solicitou ao SPI que tentasse junto ao Fomento de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, a que tanto o SPI, quanto o “Campo de Sementes” estava subordinado, a cessão de cerca de 50 ha*

*de terras deste último, considerando não haver outra medida que possa suavizar a vida amarga dos pobres cariris.* (Nascimento, 2000)

Outro fato a ser destacado é que também na década de 1940 foi criada a Comissão do Vale do São Francisco – CVSF (em 1948), que visava ampliar o desenvolvimento econômico da região com a construção de um sistema de barragem e comportas a fim de ter o controle do regime do rio São Francisco naquele trecho e colocar em prática um projeto de agricultura de irrigação (idem).

No ano seguinte os *Kariri-Xocó* receberam do Ministério da Agricultura através do Departamento Nacional de Produção Vegetal que administrava a *Sementeira*<sup>13</sup>, uma doação de 54,50 ha, esse imóvel recebeu o nome de Colônia e foi desmembrado do perímetro de 445,9 ha destinados ao “Campo Experimental de Sementes”, cujo perímetro era chamado pelos índios como “Cercado” ou “Cercado Grande”. É importante ressaltar que foi cedida, porém na condição de empréstimo para roçados.

Essa área foi considerada insuficiente para plantio, principalmente de arroz, devido ao grande número de famílias indígenas. Além disso, outros problemas eram apontados, a exemplo da constante falta de água em períodos de seca e o atraso na entrega de sementes por parte do SPI. Embora outra faixa de terra tenha sido anteriormente destinada aos índios, chamada “Colônia”, distava cerca de 3 km do rio São Francisco em terras mais altas dificultando seu uso de modo gradativo e racional, em virtude da localização considerada desfavorável.

Os índios reivindicavam outras áreas no entorno da “Colônia”, além de considerada insuficiente em virtude do grande número de famílias indígenas, a sua cessão gerou conflitos com os demais ocupantes do empreendimento,

---

<sup>13</sup> Toda a área chamada de “Sementeira” foi, em período anterior, o “Campo Experimental de Sementes” e hoje é a aldeia onde habita a maior parte da população indígena, sendo, porém insuficiente para acomodar toda a população. Aqueles índios sem acesso terra passaram a morar numa rua estreita entre o centro da cidade e a Sementeira, a “rua dos caboclos” mencionada anteriormente. (Santana, 2015)



especialmente não indígenas. Entre outros problemas, em 1950 foi construída a ferrovia que ligava Porto Real do Colégio a Maceió, cujo trajeto cortou a área reduzindo ainda mais sua extensão: *...O plantio de arroz de inundação ali, a que os índios sempre estiveram dedicados e que poderia gerar alguma renda, estava fora de cogitação. Além disso, por falta de opção, os índios impunham um uso excessivo que empobreceu rapidamente a terra apesar de se tratar de uma lavoura de subsistência. Para piorar as coisas, esta terra foi cortada, em 1950, pela ferrovia que passou a ligar Porto Real do Colégio a Maceió, reduzindo o tamanho da “Colônia” para cerca de 35 ha de superfície útil* (Nascimento, 2000).

Os diversos empreendimentos desenvolvidos na região estavam relacionados à política do governo de desapropriar terras visando introduzir uma nova tecnologia para o plantio do arroz. Porém não são inclusivos em relação, por exemplo, às plantações de subsistência de arroz dos índios, ficando eles a margem do processo. Situação que contribuía para o acirramento das relações entre a nova política agrícola implantada pelo governo e a população indígena local. Tem sido constante a mobilização dos Kariri-Xokó por outras áreas desde então, coligando em vários encaminhamentos através do Chefe do Posto para o SPI sem que resultasse em nenhuma medida efetiva do órgão especialmente em período que se estende até o início dos anos 1960.

Em 1967 a criação a Superintendência de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – SUVALE em substituição a CVSF trouxe novamente esperanças aos Kariri-Xokó. Havia expectativa de que com a mudança, parte das terras da Sementeira seria cedida aos índios, no entanto isso não se confirmou. Sem acesso à terra, a forma de dispor da mesma era através do clientelismo independentemente do órgão responsável pela administração dos projetos. Dois anos após a criação da agência estatal, o objetivo de desenvolvimento do Vale do São Francisco mudou seu foco, por exemplo, antes dedicada em sua maior parte para culturas do arroz, a área é destinada à agropecuária e passa a se chamar “Fazenda Modelo” (Mata, 1989).

Esse modelo desenvolvimentista executado desde os anos 1970, de construir Fazendas – Governamentais também chamadas “Fazendas – Modelo”, através do Ministério do Interior, tem reflexos diretos na região no sentido de encaminhar novas diretrizes às formas de acesso à terra, bem como na organização da força de trabalho. A consequência num cenário histórico pautado por disputas fundiárias é que os conflitos gerados pela disputa territorial ganham contornos maiores, pois a criação de um desses empreendimentos se deu numa área identificada pelos Kariri-Xokó como marco histórico do grupo.

Há que se destacar ainda que em 1975 a construção da Barragem de Sobradinho veio a provocar alterações significativas na vazão do rio São Francisco, interferindo diretamente no ciclo agrícola do baixo São Francisco, especialmente a prática da rizicultura, trazendo sérios prejuízos para a região, portanto, mais dificuldades para os índios, uma vez que o cultivo de arroz se destacava como uma de suas principais atividades de subsistência.

A *Sementeira* foi desativada naquele mesmo ano agora pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, que havia substituído a SUVALE em 1970. Durante essa época muitas famílias indígenas ficaram sem trabalho e foram proibidas de utilizar as terras da Sementeira. Mata (1989) explica que no *II Plano Nacional de Desenvolvimento* estava previsto um projeto de criação de bovinos alterado pela piscicultura nas áreas de lagoa, onde antes se plantava arroz sob o sistema de inundações em função das cheias do Rio São Francisco.

Com a desativação da Sementeira, o cacique dos Xocó<sup>14</sup> na época, tentou negociar junto ao Ministério do Interior a transferência dos indígenas que estavam na “Rua dos caboclos” para a área. Mas os 100 ha disponibilizados ao

---

<sup>14</sup> Segundo os índios, o cacique representava interesses exclusivos dos Xokó. Como visto, a diáspora Xokó tem relação com conflitos fundiários na sua região de origem, a Ilha de São Pedro em Porto da Folha-SE de onde migraram no final do século XIX vindo se juntar aos Kariri em Porto Real do Colégio. Em busca de um acordo, o cacique cogitava a possibilidade de abrir mão das terras da Ilha de São Pedro, que era na época pauta de reivindicações territoriais de muitas famílias Xokós que estavam em Colégio. (Mata, 1989)

grupo, segundo acordo entre a CODEVASF e o Ministério do Interior, deixavam de fora as principais lagoas então imprescindíveis para atividades importantes para os índios a exemplo da fabricação da cerâmica, pois segundo eles, naqueles locais se encontrava barro de qualidade.

Enquanto projeto governamental a Sementeira foi desativada em 1975 pela CODEVASF. Durante essa época muitas famílias indígenas ficaram sem trabalho e foram proibidas de utilizar aquelas terras para plantar. Embora componente importante de suas reivindicações e sem conseguir acordo para utilizarem a área e sem respostas as suas demandas territoriais, em novembro de 1978 os *Kariri-Xocó* decidem ocupar toda a extensão da Sementeira (também chamada Fazenda Modelo), tratada como *terra abandonada* pela população local.

Após a mobilização e na tentativa de encontrar formas possíveis para resolver a questão, outra área foi oferecida pelo governo aos índios, mas recusada, para eles a Sementeira é parte de seu território ancestral e uma das principais motivações a sua ocupação deu-se por conta do local denominado Alto do Bode, antigo espaço “sagrado” dos *Kariri*, local onde os rituais do Ouricuri eram inicialmente praticados. Esse era o principal argumento para a recuperação daquelas terras tidas então como imprescindíveis para eles.

Com a instalação da Hidroelétrica de Sobradinho, que começou a operar em 1979, a agricultura de inundação teve que ser repensada, pois, devido ao empreendimento, o rio já não teria seu ciclo de enchentes e vazantes determinado pelo sistema de seus afluentes. Assim as áreas anteriormente inundáveis são desapropriadas para dar lugar a projetos de agricultura de irrigação. A rizicultura é a mais atingida, mas de um modo geral toda a região parece parar a espera da instauração da nova ordem. As mudanças atingem os índios enquanto trabalhadores meeiros ou alugados. É neste contexto de mudanças que o grupo percebe ser favorável a retomada das terras.

A mobilização pela retomada da Sementeira resultou na formação de um Grupo de Trabalho – GT pela Funai visando realizar levantamentos para a definição dos limites de uma terra para os Kariri-Xokó (Port. 673/E/80). O GT apresentou em seu Relatório proposta de terra com aproximadamente 628 ha, então formada pelas seguintes áreas: 1) Colônia (54,4 ha.); 2) Fazenda Modelo ou Sementeira, onde estão situados o PI e Aldeia sede (249,5 ha.); 3) Ouricuri (100 ha.); 4) Cercado Grande (187 ha) ocupada por não índios, e; 5) uma pequena faixa de terra (37 ha) identificada como “Proprietários”.

Embora tivesse resultado numa proposta territorial, esta primeira intervenção da Funai não considerou antigos pleitos dos Kariri-Xokó, que por sua vez pressionavam o órgão. Assim, novo GT foi instituído em 1984 (Port. 1765/E/84), porém, pouco avança em torno das reivindicações dos Kariri-Xokó, além de confirmar o estudo anterior acrescenta uma estreita faixa de terra, estendendo a área até o local conhecido como Entrada do Sampaio, totalizando no final, um perímetro de aproximadamente 664 ha.

Esse segundo levantamento reproduz praticamente as áreas identificadas pelo estudo anterior acrescentando mais uma: 1) área correspondente ao lugar sagrado do culto ao Ouricuri (100 ha), que sempre esteve sob domínio dos índios; 2) Colônia (54,4 ha), cedida pelo Ministério da Agricultura em 1949; 3) Fazenda Modelo ou Sementeira (249,5 ha), retomada pelos índios em 1978 (onde estão situados o PI e Aldeia sede); 4) Cercado Grande (187 ou 189 ha) contígua ao Ouricuri, na época ocupada por sessenta e duas famílias de posseiros sem título de domínio. Essa área foi posteriormente objeto de retomada pelos Kariri-Xokó, já no ano de 1994; 5) área identificada no primeiro estudo como “Proprietários” (37 ha) também conhecida como da finada Matilde que era casada com um branco e segundo contam, foi vendida a terceiros sem conhecimento grupo. Essa faixa de terra localizada entre a Colônia e o Ouricuri, possibilitava a demarcação de área contínua dando mais segurança ao espaço

ritual; 6) 34 ha correspondentes a faixa de terra denominada entrada do Sampaio. (ATLAS, 1993)

O estudo foi avalizado e aprovado em 1986 através do Parecer nº 138/86/GTI, sendo a área posteriormente Declarada através da Portaria nº 600/MJ de 25.11.1991 e finalmente homologada pelo Decreto de 04 de outubro de 1993, com um perímetro de 699,35 ha. Apesar de resultar na demarcação configurada em 1993, a área não atendia as demandas e as necessidades dos índios, que continuam se mobilizando no intuito de pressionar o governo. Assim, em 1994 promoveram a retomada da área do Cercado Grande, então ocupada por posseiros, repetindo um movimento desencadeado em 1978, época em que recuperaram a Sementeira (conhecida também como Fazenda Modelo).

A homologação daquela parcela da terra *Kariri-Xocó* em 1993 contemplava aquelas áreas que já se encontravam em grande parte sob o domínio indígena, repercutindo em permanente manifestação deles pelo restante de seu território. Desse modo, um novo estudo foi viabilizado em 1999, coordenado pelo antropólogo Marco Tromboni S. Nascimento (UFBA), a fim de corrigir os levantamentos anteriores que não consideraram direitos territoriais históricos da população indígena. Esse novo trabalho resultou na identificação de uma área de 4.419 ha (Nascimento, 2000).

No contexto atual, os Kariri-Xocó juntamente a outras etnias que habitam a área encontram-se em processo de retomada do perímetro *Declarado*<sup>15</sup> do último estudo, em grande parte ainda ocupado por fazendeiros da região de Alagoas e Sergipe. A homologação da área é a principal reivindicação dos *Kariri-Xocó*, protagonizada em torno do desejo de recuperação do seu território. Em fevereiro de 2015, os índios se reuniram para decidir sobre a

---

<sup>15</sup> Em 2006 é publicada a Portaria 2.358 – MJ declarando uma área de 4.419 hectares como de posse do povo indígena Kariri-Xocó. No entanto, um grupo de 12 fazendeiros e políticos da região articularam-se para impedir a continuidade do processo de regularização fundiária da TI Kariri-Xocó e obtiveram, na Justiça Federal, a suspensão provisória desse processo sob o argumento de não existirem mais índios na região. O processo ainda tramita embora os índios já tenham conseguido sentença favorável às suas pretensões territoriais.

situação futura da Sementeira, e ainda sobre a presença constante de brancos na aldeia e a retomada de faixas de terras localizadas na proximidade do Ouricuri, ainda ocupada por brancos.

A partir dessa reunião reforçaram a necessidade de lutar pelo seu território e cobrar das autoridades agilidade no processo de indenização e desocupação dos fazendeiros da terra indígena. Por diversas vezes esses ocupantes recorrem à justiça e através de liminares, impediram a retomada pelos Kariri-Xokó da área delimitada. Através de ação judicial tentavam anular o procedimento demarcatório da terra indígena, arguindo entre outros fundamentos, que os *Kariri-Xocó* devido ao longo tempo de contato já estavam integrados à sociedade, sendo, portanto, desnecessária a demarcação da terra para “indígenas”.

### **Situação atual**

As famílias que compõem o povo Fulxaxó tem sua trajetória histórica intimamente vinculada aos Kariri-Xokó, tendo participado de todas as mobilizações pela reconquista territorial, em especial nas últimas décadas. Entender quem são os Fulxaxó é necessário examinar como é concebida a relação deles com os Kariri-Xokó. Ainda é forte o simbolismo de pertencimento aos Kariri-Xokó, em especial pelos vínculos religiosos que os unem. Portanto a história dos Fulxaxó começa a se desvincular de modo autônomo a partir de inúmeros episódios relatados anteriormente.

Embora o pleito territorial dos Fulxaxó localize-se nos municípios de Neópolis e Pacatuba, em Sergipe, atualmente residem na TI Kariri-Xocó, registrando-se ali, além dos Kariri-Xocó, a presença de outras etnias: Fulni-ô, Xucuru-Kariri, Pankararu, Karapotó e Tingui-Botó, situada em Porto Real do Colégio entre Alagoas e Sergipe, município que tem uma população estimada em 19.334 habitantes, segundo dados do IBGE (2010). Está localizado na parte sul do estado de Alagoas, região do Baixo São Francisco. Pertence a microrregião do

Penedo fazendo limite com os municípios de São Braz, Olho D'Água Grande, Campo Grande, Arapiraca, Feira Grande e Igreja Nova. Dista, em linha reta, 135 km de Maceió.

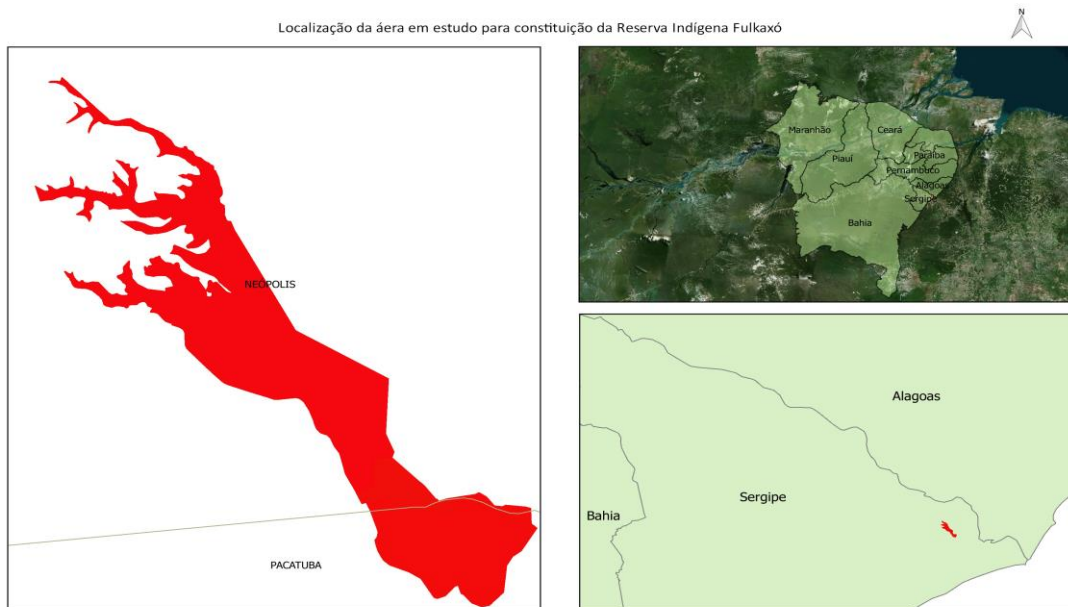
Porto Real do Colégio fica vizinho ao município sergipano de Propriá, os quais são interligados pela ponte na divisa entre Alagoas a Sergipe na BR-101, distando 60 km da foz do rio São Francisco, no oceano Atlântico, servindo de eixo entre a região sul e o norte do país. A movimentação de pessoas de Porto Real do Colégio à Propriá é diária, sobretudo para a utilização de serviços (bancos e comércio), pois o município sergipano é dotado de melhor infraestrutura urbana e se destaca como importante polo econômico na região. O deslocamento de um município a outro é feito tanto por transporte fluvial quanto terrestre.

Seguindo pela estrada que margeia o rio na direção de São Brás, a cerca de 1 km da praça central do município, se situa a aldeia Kariri-Xocó. Pela proximidade com o centro urbano, seus moradores parecem estar acostumados com pessoas de fora, pois já faz parte do cotidiano da aldeia um constante relacionamento com a população não indígena local. Ainda hoje é significativa a presença de famílias indígenas residindo na “rua dos caboclos”, ocupada regularmente pelos índios em período que antecede a criação do Posto Indígena em 1944, considerada periferia do espaço urbano do município.

## **HABITAÇÃO**

Em relação à área objeto de estudo para constituição de Reserva para os Fulkaxó, localiza-se nos municípios de Neópolis e de Pacatuba, na mesorregião leste do estado de Sergipe. As sedes dos municípios distam em torno de 25 km e 8 km, respectivamente, da Reserva. No entanto, as principais relações do grupo ainda são com o município de Porto Real do Colégio, onde se localiza a TI Kariri-Xokó, região de origem e local de residência da maior parte das famílias Fulkaxó, embora alguns morem em outras cidades e muitos já dispõem de casas improvisadas no imóvel reivindicado.

Desse modo o deslocamento para a área tem como referência o município alagoano, seguindo pela BR 101, logo após a ponte sobre o rio São Francisco que liga os dois estados, em Propriá, no lado sergipano, há acesso à rodovia estadual SE 200, através da qual, depois de percorridos cerca de 30 km chega-se a rodovia SE 335, seguindo por ela no sentido sudoeste (Japoatã) por mais 1,5 km, até uma estrada não pavimentada a esquerda (sul), de onde se percorre cerca de 8 km até próximo a um aglomerado de casas de não índios. Mais adiante há uma bifurcação que dá acesso ao local onde estão os índios e se vê uma placa fixada indicando a entrada da aldeia, num percurso de pouco mais de 100 metros.



**Figura 2 -Localização da Reserva**





**Figura 3 - Placa indicando a entrada da aldeia na Reserva**

### **Os Fulkaxó e o uso da terra**

É oportuno destacar que para desenvolver suas principais atividades de subsistência, os Fulkaxó são dependentes atualmente de áreas que dispõem na TI Kariri-Xokó, pela impossibilidade de uso intensivo do imóvel em estudo para Reserva. Praticamente inexistente área disponível na terra indígena para atender a necessidade de toda a população, especialmente por parte dos Fulkaxó, que são discriminados em virtude das cisões ali ocorridas causando-lhes ainda mais dificuldades.

Na TI Kariri-Xokó se observa que os antigos galpões da CODEVASF foram adaptados para moradia pelos índios, formando um núcleo habitacional na Aldeia, conjugada a construção de novas casas. As unidades residenciais estão dispostas uma ao lado da outra, formando ruas, estilo já adotado antes da retomada da Sementeira, quando a maior parte dos índios morava na “rua dos cabocos”. As residências são de tijolo batido e cobertas de telhas, possuindo piso de chão batido ou de cimento geralmente construídas pelos próprios índios em parceria com a Funai, ainda persistem algumas casas de taipa.

A maior parte das famílias Fulkaxó reside na TI Kariri-Xokó, embora alguns índios tenham construído casas na área em estudo, geralmente improvisadas são feitas com uso de madeira; caibros, vigas, pranchas, cipós e palhas estruturam as paredes, material este coletado na própria área, dão formas às janelas e portas e sustentam as coberturas com palhas de dendezeiros, pois o local não dispõe de estrutura para assentamento definitivo. Alegam também que apesar de autorizados pelo proprietário do imóvel, em virtude da insegurança jurídica em relação à situação área, não podem dotar o local de melhores condições, mesmo já tendo conseguido algumas ações através da administração do município de Pacatuba, cujo prefeito já visitou a área<sup>16</sup>, quando os índios ali chegaram.

A ocupação efetiva da Fazenda Cadoz pelos Fulkaxó ocorre gradativamente desde 2015, na medida em que os índios vão beneficiando a área, por conta própria, de uma infraestrutura que permita sua presença ali. Apontam uma série de dificuldades enfrentadas como o acesso à água tanto para consumo próprio como para outras finalidades, uma vez que o local de coleta está situado a mais de 6 km de onde se encontram, em um dos canais de irrigação abastecidos com água do Rio São Francisco destinada às culturas agrícolas no Platô de Neópolis. Transportam em tonéis usando alguns veículos que dispõem. Geralmente o abastecimento das casas é feito em baldes ou latas armazenadas em caixas-d'água para uso coletivo das famílias.

---

<sup>16</sup> Em maio de 2017, o então prefeito de Pacatuba, Alexandre Martins esteve na aldeia e foi recepcionado com a tradicional dança do Toré pelos Fulkaxó. O gestor municipal conversou com os indígenas, afirmando na ocasião que: “Vamos dar todo o apoio necessário para que vocês possam ter esse território de fato. Hoje, 20 de maio, vamos instituir como dia oficial da reinstalação dessa tribo no município, com reconhecimento da Câmara, através de um projeto de lei. Estamos dando os primeiros passos para que tudo seja resolvido. Neste momento me junto a vocês nessa batalha”. Fonte: [http://www.jornaldodiase.com.br/noticias\\_ler.php?id=24129](http://www.jornaldodiase.com.br/noticias_ler.php?id=24129) (acesso, abri/2019)



**Figura 4 - Local fora da Reserva onde se abastecem de água**

Outra dificuldade é que a área não conta com fornecimento de energia elétrica, apesar de pelo menos em um caso, verificamos o uso de placa solar para armazenar um pouco energia. Também não contam com saneamento básico e nem tratamento de lixo, às vezes é atirado a esmo. Observamos também que não dispõem de banheiros, usando a mata ao redor das casas para suas necessidades.

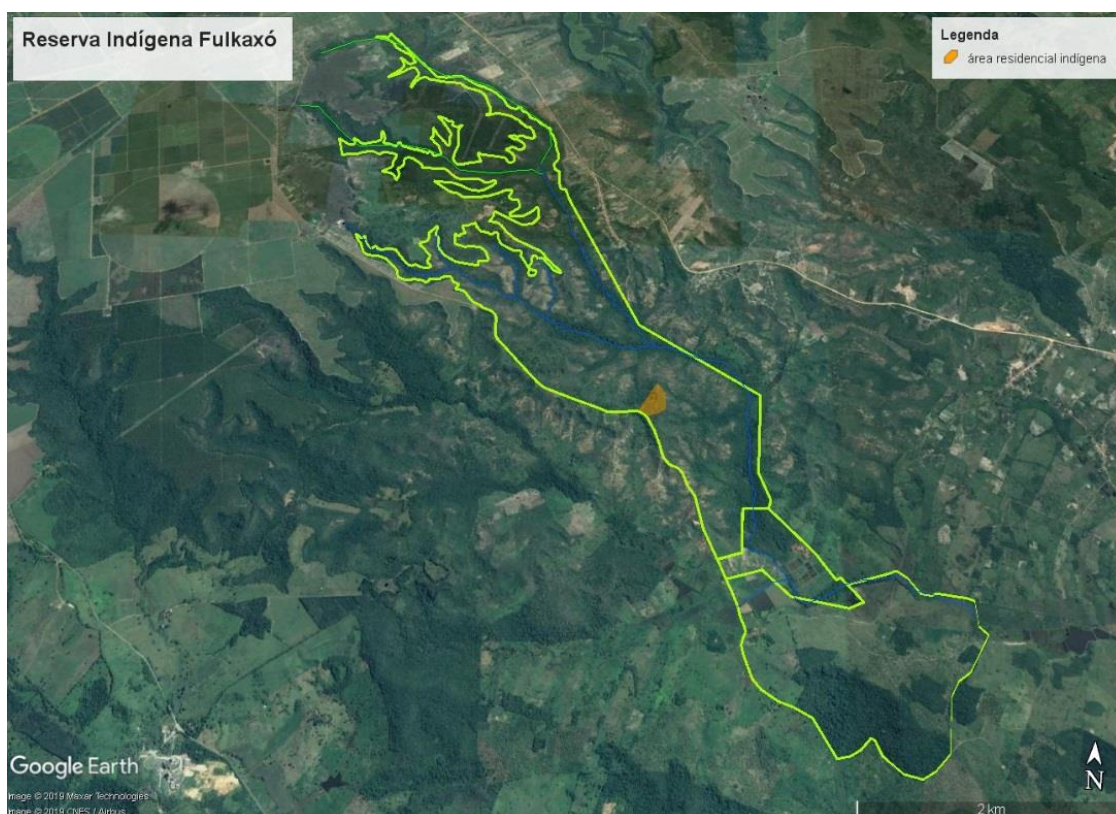
O meio de transporte utilizado em seus deslocamentos para a área ou outras localidades consiste em lotações, ônibus ou micro-ônibus que exploram percursos locais, intermunicipais ou interestaduais, além de motos, geralmente



adquiridas com recursos próprios. Alguns índios possuem veículos automotores, muitas vezes utilizados também no transporte dos tonéis de água para a comunidade. Dentre as principais ocupações há aposentados e funcionários públicos, alguns contratados através de políticas públicas e programas governamentais. Muitos indígenas possuem ensino superior completo, especialmente em áreas como Educação e Saúde.

A respeito de sua mudança definitiva, aguardam conclusão favorável à aquisição do imóvel e a constituição da Reserva, e enfatizam a necessidade de atender toda a população auto referenciada ao grupo e que deseja sair da TI Kariri-Xokó e a outras residentes em locais mais distantes, com vínculos de parentesco ou aliadas e que a eles venham se juntar futuramente.

O mapa a seguir ilustra o espaço físico da aldeia, destacando uma ainda incipiente disposição espacial das moradias e a estrada construída pelos índios que dá acesso a nova aldeia.



**Figura 5 - Mapa da Reserva destacando a ocupação atual - aldeia**

As moradias, ainda em caráter provisório, têm sua disposição ao redor de um pátio onde no centro foi construído em formato circular, um espaço de madeira coberto de palhas, onde os índios se reúnem regularmente para tratar de assuntos de seu interesse, bem como para receber visitantes. As reuniões com o GT ocorriam sempre nesse lugar, usado também para as refeições, momentos em que se conversava sobre assuntos diversos. No entanto, a disposição das casas, aparentemente não segue nenhuma ordem de organização entre eles e quanto ao local de fixação da nova aldeia, dizem não estar definido, embora estejam assentados ali desde o início da ocupação do imóvel, e de modo gradativo, novas moradias vão se incorporando ao local.



**Figura 6 - Construção de novas moradias**



**Figura 7 - À esquerda, casas construídas; à direita, outras moradias e espaço central para reuniões no pátio da Aldeia**



**Figura 8 - Casas em construção na Reserva**

Em se tratando de um grupo de famílias nucleares predominantemente Cruz e Pires, o sentido da organização do espaço da reserva deve comportar todas as famílias (ou *unidades familiares*) a eles agregados, não somente através de laços de parentesco ou afinidade, mas também através das alianças políticas, visando reproduzir o modo de organização vivenciado na sua aldeia de origem. Isso porque, relacionada ao período da etnogênese dos Kariri-Xokó em 1940, a construção da identidade “Fulkaxó” se materializa mais

recentemente, relacionada ao grupo de famílias pertencente a mistura das etnias Fulni-ô, Kariri e Xokó.

Os Fulni-ô teriam chegado à região de Porto Real do Colégio, oriundos de Águas Belas (PE), há pelo menos 100 anos; já os Xokós, originários de Porto da Folha (SE), se estabeleceram no final do século XIX, oriundos da Ilha São Pedro, local que também abrigou grupos populacionais diferentes, indígenas e negros, fugidos da violência imposta pela expansão colonizadora sobre suas terras, muitas famílias Xokó vieram se alojar junto aos Kariri, grupo com o qual já mantinham laços a partir de trocas rituais.

Esses povos que se deslocaram para Porto Real do Colégio foram se mesclando aos Kariri formando *unidades familiares* e tomando a região como sua morada definitiva. A população que se formava pelos laços de consanguinidade e compadrio constituiu ao longo do tempo uma sociedade preferencialmente *endogâmica* que tentava garantir suas terras longe da presença de estranhos. A história dos Kariri-Xokó remete, porém a uma situação de esbulho e confinamento em espaços exíguos de seu território, repercutindo diretamente nas relações internas intensificando cisões no campo político, fato observado de modo mais significativo em período mais recente, principalmente a partir dos anos de 1970.

O acirramento das disputas internas repercutiu na religiosidade dos índios afetando o ritual do Ouricuri, chegando à situação atual, a partir de eventos ocorridos nas últimas décadas, de impossibilidade de convivência entre determinados grupos familiares, ocasionando um movimento de saída dos Fulkaxó. Hoje, para eles, o sentido de resguardar uma terra (uma nova aldeia) com a aquisição de uma área a ser partilhada como espaço coletivo é onde reside sua percepção de 'unidade' étnica e continuidade enquanto povo indígena.

Para os Fulkaxó, o vínculo de solidariedade manifestado entre eles se revela essencial nas suas aspirações e na maneira em que se (re-) organizam socialmente. Na medida em que se apropriam do novo espaço 'coletivo', buscam



se recompor enquanto comunidade num ambiente que acreditam, vai permitir o reagrupamento das famílias em torno de um projeto de vida, fortalecendo a sua identidade étnica e continuidade enquanto povo indígena. Para os Fulkaxó, hoje a Fazenda Cadoz simboliza essa possibilidade.

No momento não dispõem de áreas para atividades de subsistência no imóvel, alguns mantêm roçados e pequenos criatórios na TI Kariri-Xokó. Costumam utilizar parte da renda, que de maneira geral tem origem no trabalho assalariado na cidade de Porto Real do Colégio e nas aposentadorias, para investimento na área da reserva, na construção das casas ou outras benfeitorias.

O número não elevado de famílias ajuda a manter uma forte coesão entre eles internamente, tratando-se, sobretudo, de uma população cuja maioria pertence a dois ou três núcleos familiares dominantes, em que os laços de solidariedade e afinidade são marcados por uma trajetória comum, num contexto histórico de disputas que os levou a se apartar dos Kariri-Xokó. Entre estas famílias predominam os casamentos interétnicos, em especial as de ascendência Fulni-ô, Kariri e Xokó.

### **Proteção e promoção dos direitos sociais**

No que se refere à assistência institucional, os Fulkaxó são atendidos pela Funai – CR Nordeste I em Maceió, através de CTL localizada em Porto Real do Colégio/AL. Em relação a educação, as crianças e adolescentes estudam nas escolas de ensino fundamental e médio do próprio município ou da rede estadual, em Porto Real do Colégio ou no município vizinho de Propriá, no lado sergipano, não obtivemos informações se alguma delas adota o currículo de educação diferenciada aplicada aos indígenas. Recebem atendimento a partir de políticas públicas diferenciadas em programas do Governo Federal, estendida a toda população indígena na TI Kariri-Xokó, a exemplo do fornecimento de cesta básica.



O atendimento básico à saúde é realizado pelo Polo Base Porto Real do Colégio, vinculado ao Distrito Sanitário Especial Indígena de Alagoas/Secretaria de Saúde Indígena. Desse modo contam com agente indígena de saúde – AIS na comunidade. Afirmam que já receberam alguma assistência via prefeitura de Pacatuba, um dos municípios sergipanos onde se localiza a reserva, mantendo boa relação com representantes do poder público local que, segundo eles, já empreenderam visita ali.

## **ATIVIDADES PRODUTIVAS**

### **Modo de vida: uso dos recursos e atividades econômicas**

A agricultura é uma das principais atividades econômicas dos Kariri-Xocó assim como para os Fulkaxó, praticadas no cotidiano através de roçados. Apesar de ser uma atividade predominantemente masculina, há participação de mulheres e crianças. Homem e mulher trabalham juntos nos plantios e colheita de milho e feijão. Atualmente cultivam amendoim, mandioca, milho verde, milho de pipoca, batata, abóbora, quiabo, banana.

No desenvolvimento das atividades de subsistência destaca-se a organização do trabalho através de ações coletivas exercidas pela comunidade, as quais os índios se referem como “mutirão indígena”. Essa forma de organização do permite dinamizar as atividades com a participação de um número maior de pessoas, reduzindo o tempo dedicado a elas. Geralmente ocorre quando o dono do roçado convida outros índios para preparar o terreno para os plantios, oferecendo uma panelada e bebidas para a empreitada, momentos compartilhados e animados com cânticos da cultura indígena. Em alguns casos ocorre também na construção de casas, embora seja mais comum nas práticas de agricultura.

No futuro, na reserva, pretendem irrigar os cultivos com água do riacho para garantir sobrevivência à seca e pretendem também em breve fazer casa de farinha para atender às famílias, além de cultivar muitas frutíferas, a exemplo de pitomba, abacate. Em abundância, atualmente, consomem ali o caju,

cajuí (azedo e pequeno) e mangas. Incorporar frutíferas na recuperação de áreas degradadas é também uma expectativa.

Para os cultivos, a época de plantio na TI Kariri-Xokó estende-se de maio a julho, quando há chuvas regulares, iniciando em abril e maio. No ano de 2017, houve inverno prolongado e foi possível plantar até setembro e colher até novembro. No ano do trabalho de campo, em 2018, pouco choveu em maio, e pouco em julho, e depois não mais, de modo que o milho não pendoou e o feijão não passou da florada, nos relata Humberto Cruz (cacique).

Embora ainda incipiente, alguns índios desenvolvem pequenos roçados na área da reserva, apenas para consumo próprio. A garantia territorial neste espaço é pré-requisito para que estabeleçam cultivos alimentares os quais gerem autonomia produtiva aos Fulkaxó, de modo que possam sustentar as famílias, com segurança alimentar e nutricional, viabilizando uma das bases para a reprodução física e cultural de seu povo.



**Figura 9 - Preparando a terra para plantio**

A ocupação da área que as poucas famílias Fulkaxó dispõem na TI Kariri-Xokó é caracterizada tanto pelo domínio familiar, uso de uma família sobre determinada parte da terra, ou comunitário, com a apropriação coletiva dos recursos. As áreas de roçados são individuais: cada família é responsável por sua

roça, recebendo ajuda dos outros índios quando não conseguem dar conta sozinha. Geralmente ocorre em meio à “*panelada*”, uma espécie de mutirão em que as pessoas se reúnem para ajudar nas atividades. Esse momento é regado com comida, bebida alcoólica e muita cantoria. (Silva, 2003). Segundo os índios, na área da Reserva há regiões propícias à exploração de diferentes culturas, tendo em vista a presença diferentes tipos de solos imprescindíveis ao desenvolvimento de atividades de subsistência que possibilitem conservar a autonomia da sua base alimentar.

Em áreas de vegetação nativas ainda conservadas no imóvel, os índios apontaram a presença de árvores de grande porte além da presença de várias espécies de plantas para produzir remédios. Na área denominada Cadoz (de Baixo), cortada pelo rio denominado Pacatuba encontram-se edificações e tanques de antigo projeto de aquicultura ali desenvolvido através do governo do estado de Sergipe. Apesar de abandonadas, as edificações apresentavam razoável estado de conservação. Essa área é utilizada como pasto para pequeno rebanho bovino pelo proprietário do imóvel.



**Figura 10 - Galpão de projeto de aquicultura desativado/Cadoz de Baixo**

### **Artesanato**

Outra atividade que se sobressai entre os Fulkaxó é a produção artesanal, embora reduzida atualmente em virtude da dificuldade em encontrar

matéria-prima na TI Kariri-Xokó; confeccionam colares, pulseiras, brincos, anéis etc. O material utilizado na sua confecção é oriundo de coleta na área da reserva, inclusive ossos de pequenos animais da fauna local. São atividades que aos poucos são retomadas, à medida que se adaptam ao novo contexto socioambiental.

A feitura de artesanato em cerâmica se destaca como ocupação importante entre os Fulkaxó, embora essa atividade venha diminuindo ao longo do tempo pela dificuldade de acesso a matéria-prima para sua confecção. Ocorre geralmente nos períodos menos chuvosos, e as atividades se dividem entre a fabricação do tijolo batido, especialmente pelos homens, embora mulheres e crianças participem em algumas etapas, e da fabricação de cerâmica utilitária essencialmente pelas mulheres.

A produção do tijolo artesanal, introduzida entre os Kariri-Xokó desde a época dos jesuítas, se destacava como importante atividade entre eles, tanto que funcionava uma olaria na aldeia. Atualmente quase inexistente, em virtude da presença de indústrias de tijolos em bloco, restando na área poucas pessoas que ainda se dedicam a pequenas produções.

Já o trabalho da cerâmica utilitária ainda se destaca, é desenvolvido nas residências na TI Kariri-Xokó nos intervalos dos trabalhos domésticos, individualmente ou em pequenos grupos, ocorrendo geralmente no verão, pelo clima mais propício. A produção ceramista inclui a elaboração de artefatos como potes e panelas pelas mulheres, que atuam desde a retirada do barro, com enxada e enxadão, que é transportado em balaios feitos com cipós ou talas de taboca. Depois se quebra o barro, acrescentando água para amolecer, amassam adicionam areia, depois de amassado, moldam as peças. Em determinados pontos, o barro já possui a proporção ideal de argila e areia, necessitando-se somente moldar. Quando a intenção é produzir panelas, mistura-se o barro com areia fina e cinza, estas últimas após serem peneiradas com rupemba (peneira de palha).

O molde utilizado é chamado paetá (feito de coité, recipiente vegetal de formato esférico e resistente quando seco). Para delinear a borda, utiliza-se o pano de rede. No acabamento, tapam-se os orifícios que sobram. Depois que assentar, utiliza-se o barro de toá, amarelado, que garantirá a coloração vermelha brilhante após a queima. Esta será realizada dois dias após a modelagem, em fornos exclusivos e com a necessária utilização de lenha em abundância. A ocupação de *louceira* é tradicional entre as índias e algumas produzem em abundância seus artefatos, ao mesmo tempo em que se ocupam a ensinar o ofício às novas gerações.



**Figura 11 - Produção artesanal: Destaque à esquerda, Josete Cruz com amostra de argila utilizada para a confecção de cerâmica encontrada na Cadoz de Cima.**

A produção artesanal é uma das principais fontes de renda dos índios. São elaborados brincos, colares, pulseiras, tiaras, especialmente pelas mulheres, e utilizadas matérias primas como ossos de gado e pequenos animais, sementes de meru, mulungu e outras, além de penas, tabocas e argila, gerando cadeiras, cestos, jarros, potes e panelas de cerâmicas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**Quadro 1 - Produção Artesanal**

| Artefato  | Matéria prima                           | Ambientes           |
|---|---|---------------------|
| Cerâmica: jarros, potes, panelas e objetos decorativos. | Argilas                                 | Fundos de vales     |
| Brincos, colares, pulseiras, tiaras                     | Sementes (meru, mulungu), penas, ossos. | Mata e campos sujos |

|   |          |                     |
|---|----------|---------------------|
| Cadeiras, zarabatanas, flauta, covo (pesca) | Tabocas  | Mata e campos sujos |
| Arco e flecha                               | Madeiras | Mata                |

Dentre os principais locais de comércio do artesanato destacam-se a aldeia na TI Kariri-Xokó, quando os visitantes comparecem, e nas vivências em que os representantes da cultura Fulkaxó realizam em escolas e espaços específicos em cidades brasileiras e também no exterior, ocasiões em que, através da espiritualidade/cultura, oportunamente divulgam a importância do território como garantia da manutenção do modo de vida Fulkaxó. O Etnoturismo como geração de renda é uma atividade que pretendem estruturar na reserva, oferecendo vivências tradicionais e naturais, assim como os produtos artesanais.

### **Caça e pesca**

Além das atividades sazonais citadas, os Fulkaxó praticam a caça e a pesca. Embora a pesca constituísse atividade bastante recorrente na área de origem, a margem do São Francisco, hoje, ainda persiste, mas há dificuldades, pois, os índios apontam diminuição gradativa de espécies por diversos fatores, especialmente em decorrência da construção de grandes barragens ao longo do curso do São Francisco nas últimas décadas, fato que interferiu na migração e reprodução de diversas espécies diminuindo a presença de peixes e crustáceos. Além da degradação ambiental que afeta a presença das matas, o rio vem sofrendo também com a crescente poluição de suas águas, o assoreamento de vários trechos, ocasionados pela destruição de matas ciliares ao longo de seu curso e de seus afluentes, além das secas periódicas que acometem a região.

A pesca artesanal é realizada no rio São Francisco ou nas lagoas dentro da TI Kariri-Xokó, destacando-se espécies como piau, tilápia, tambaqui além de outros peixes de pequeno porte. Na caça predomina a captura de aves, pequenos mamíferos e lagartos.

## Coleta

Também a coleta vegetal se destaca como uma atividade relevante, geralmente espécies utilizadas para alimentação própria, algumas vezes na confecção de artesanato e outros utensílios empregados no cotidiano, alimentação dos animais de criação, construção de casas etc. Para uso medicinal é prática importante tendo em vista a presença de muitos rezadores e curadores, funções tradicionais no grupo. Em conversas com especialistas na manipulação de plantas e ervas para uso medicinal entre os Fulkaxó, foi apontada a presença de grande variedade de plantas na Reserva, segundo eles, muitas espécies não mais encontradas na região da TI Kariri-Xokó.

Os Fulkaxó no processo de identificação dos ambientes que compõem a área em estudo coletam e registram as diversas espécies vegetais as quais conhecem e utilizam em suas práticas culturais ritualísticas, medicinais, habitacionais, alimentares e artísticas. Nas matas, por exemplo, extraem resinas como o óleo de copaíba, a banana de macambira, o fruto do jenipapo e do jatobá, as folhas e frutos dos dendezeiros. Nos campos e capoeiras, os arbustos medicinais canela-de-velho, papaconha, alecrim-de-tabuleiro, barbatimão, além das tabocas para os artefatos, o licuri e os cajueiros para alimentação. Já a argila, no fundo dos vales e o barro nas declividades para a elaboração ceramista.



**Figura 12 - Coleta de plantas na área da Reserva**





**Figura 13 - Local indicado pelos índios para coleta de argila para a produção de cerâmica/Cadoz de Cima**

**Quadro 2 - Calendário Ecológico Econômico do povo Fulkaxó**

|  | Jan  | Fev     | Mar     | Abr         | Mai                   | Jun  | Jul  | Ago  | Set         | Out         | Nov         | Dez     |
|--|--|---------|---------|-------------|-----------------------|------|------|--|-------------|-------------|-------------|---------|
| <b>Estações e ciclos das chuvas</b>              | Amarelo  | Amarelo | Amarelo | Verde claro | Azul                  | Azul | Azul | Verde claro  | Verde claro | Verde claro | Verde claro | Amarelo |
| <b>Cultivo feijão, milho, amendoim, mandioca</b> | Manejo e preparo do solo   |         |         |             | Período de sementeira |      |      | Período de colheita (em anos de chuvas abundantes) |             |             |             |         |
| <b>Artesanato</b>                                | Produzido ao longo de todo ano os diversos artefatos: colares, cerâmica, arcos e flechas, cocares              |         |         |             |                       |      |      |  |             |             |             |         |
| <b>Coleta</b>                                    | Resinas, sementes, flores, frutos, argila, madeiras, plantas (uso medicinal, cerâmica, alimentação, habitação) |         |         |             |                       |      |      |  |             |             |             |         |
| <b>Pesca</b>                                     | Pequenos peixes nos riachos em artefatos como covo e linha e anzol   |         |         |             |                       |      |      |  |             |             |             |         |



### **Pressões/presença de assentamento/povoado/outras ocorrências**

No entorno da reserva observa-se a presença do povoado Mundéu da Onça (Neópolis/SE) e de projetos de assentamentos de reforma agrária do Incra, como também estadual, um dos quais limita-se com a área. Segundo dados fornecidos pelo órgão fundiário, o assentamento denomina-se Santo Antonio do Betume; com extensão de 3.757,93 hectares, criado em 1995. Essa região Leste do estado de Sergipe tem se caracterizado pela presença de diversos empreendimentos e projetos de assentamento de reforma agrária.



**Figura 14 - PA/Santo Antonio do Betume/Incra – área destacada em rosa/imóvel Cadoz de Cima, parte da Reserva Fulcaxó**

Segundo os índios, a presença de assentamento limítrofe à reserva é objeto de apreensão. Por não estar ainda regularizada, a área encontra-se vulnerável à ação predatória de alguns ocupantes do entorno. Mesmo se tratando de um imóvel devidamente demarcado e escriturado, o seu proprietário alega que atualmente não dispõe de meios nem recursos para fiscalizar seus

limites. Tanto que em mais de uma oportunidade ocorreram incêndios provocados por estranhos que invadem a área, assentados ou não. Os índios dizem que após sua presença ali de modo regular, a circulação de estranhos diminuiu, mas em relação a região próxima ao povoado Mundéu da Onça, cujos arruados distam aproximadamente 30 metros da cerca do imóvel, dizem não ter controle por estar mais distante de onde estão. No local corre um curso d'água, dentro da reserva, utilizado com regularidade pelos moradores do povoado.

## **MEIO AMBIENTE**

Neste capítulo descrevemos características ambientais dos imóveis, no sentido de identificá-los enquanto área que preenche os requisitos necessários para atender as demandas territoriais do povo Fulkaxó, no que diz respeito à garantia de sua reprodução física e cultural, atendendo, sobretudo os princípios constitucionais de acordo com o artigo 231. Desse modo organizamos o texto a seguinte maneira:

- a) identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem-estar econômico e cultural do grupo indígena;*
- b) explicitação das razões pelas quais tais áreas são imprescindíveis e necessárias;*

Meio ambiente, conforme a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei 6.938/81, em seu Artigo 3º, inciso I, é compreendido como "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas".

A Constituição da República Federativa do Brasil (Capítulo VI, artigo 225), proclama: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações" e, no Capítulo VIII, artigo 231, §1, destaca a imprescindível preservação dos recursos ambientais para composição das terras indígenas.

Territorialidade, sustentabilidade, transversalidade e diálogo intercultural e inter científico são princípios norteadores da caracterização ambiental no presente estudo, em conformidade com as “Orientações Básicas para a caracterização das Terras Indígenas em estudo”. (FUNAI/GIZ, 2013). Para tanto, o Grupo Técnico se utilizou de metodologias comprovadamente eficazes para o objetivo: etnomapeamento, etnozoneamento, caminhadas guiadas, anotações de dados de campo, escuta ativa e registros de memórias e saberes, além de pesquisa bibliográfica.

Nesta perspectiva, abordamos a identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao bem-estar do povo Fulkaxó, explicitando as razões pelas quais tais áreas são assim tipificadas/qualificadas.

### **Contextualização Geográfica**

O local onde estão assentadas as moradias assim como demais áreas de uso atual pelas famílias Fulkaxó, insere-se no perímetro do imóvel rural denominado Fazenda Cadoz de Cima que, de acordo com as informações contidas na sua escritura, enviada pelo proprietário, localiza-se no município de Pacatuba/SE, com cadastro no INCRA sob o nº 262080009806-3, sendo que, em AV-3-524, caracteriza-se o imóvel confrontando-se pelo “nascente, poente e norte com o Platô de Neópolis/SE e sul com o IBAMA”.

No entanto, através das coordenadas registradas em campo e posterior cruzamento de dados com os demais obtidos através do SICAR (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural) e IBGE, identifica-se a localização desse imóvel no município de Neópolis/SE. Esta informação foi confirmada inclusive por meio do material enviado à Funai pelo INCRA, órgão responsável por manter o cadastro nacional de imóveis rurais.

O limitante mencionado “Platô de Neópolis” corresponde ao Projeto de mesmo nome, de promoção de desenvolvimento socioeconômico de base

agrícola, implantado no nordeste do estado de Sergipe, nas margens do rio São Francisco, no Baixo Vale, envolvendo os municípios de Neópolis, Japoatã, Pacatuba e Santana do São Francisco. Com uma área total de 10.432 ha e 7.230 ha irrigados, foi elaborado através de um modelo institucional "misto", onde o governo do estado foi responsável pelo planejamento e construção da infraestrutura de irrigação fora das parcelas e as empresas envolvidas pela implementação dos processos produtivos e de comercialização<sup>17</sup>.

**Tabela 1 - Caracterização da ocupação do imóvel “Cadoz de Cima”**

| <b>Categoria (Cadoz de Cima)</b>     | <b>Dimensão aproximada (hectares)</b> |
|--------------------------------------|---------------------------------------|
| Área residencial Fulkaxó e arredores | 4,8                                   |
| Área degradada/ antropizada          | 376,5                                 |
| Mata ciliar e córrego                | 135,7                                 |
| Total                                | 517                                   |

A área ao sul, referida ao Ibama, estreita faixa de terra entre a Cadoz de Cima e a de Baixo, constituiu-se como Estação de Piscicultura do Ibama. Fazenda Cadoz, Neópolis, Sergipe<sup>18</sup>. Na ocasião das atividades de campo do GT, a área encontrava-se habitada por famílias agricultoras, vinculadas à reforma agrária, em pouco mais de uma dezena de casas construídas com paredes de pau-a-pique, de barro e varas, e tetos cobertos por telhas de fibrocimento ou EVAs<sup>19</sup>.

**Tabela 2 - Caracterização da ocupação do imóvel “área do Ibama”**

| <b>Categoria (Área Ibama)</b>       | <b>Dimensão aproximada (hectares)</b> |
|-------------------------------------|---------------------------------------|
| Área residencial e roças familiares | 10,2                                  |

<sup>17</sup> <http://www.ascondir.com.br/sobre.php>

<sup>18</sup> <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/46754/1/CPATC-DOCUMENTOS-11-RECOMENDACOES-TECNICAS-PARA-A-CRIACAO-DE-PEIXES-NO-BAIXO-SAO-FRANCISCO-FL-131.pdf>

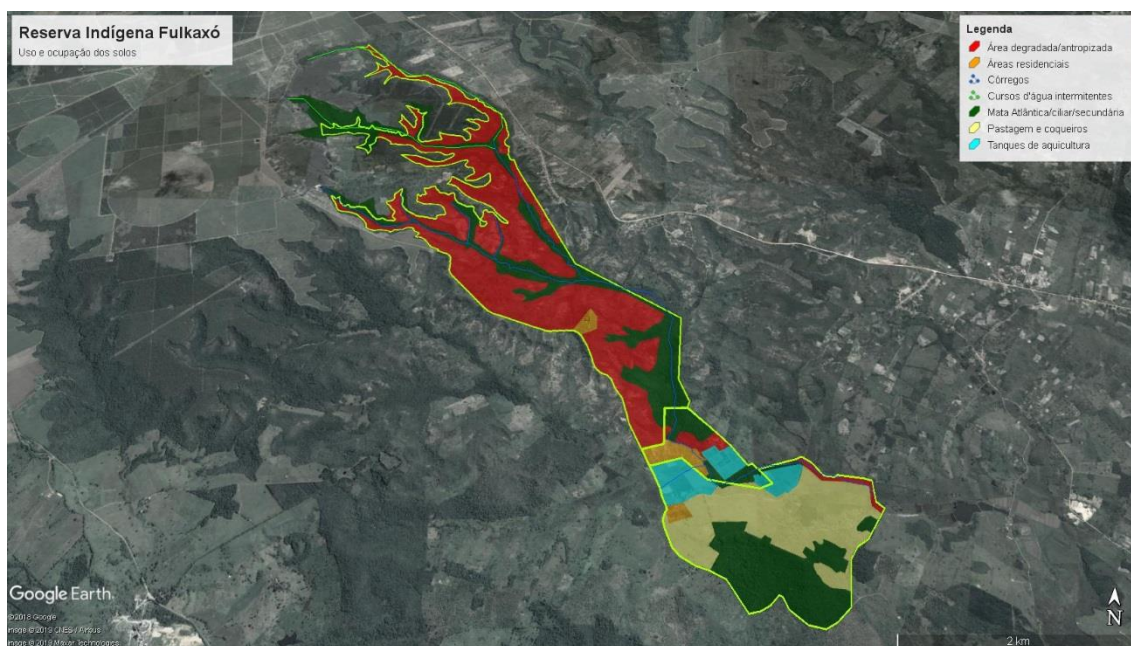
<sup>19</sup> <https://pacatuba-sergipe.webnode.com.br/news/fazenda-atalho-foi-comprada-pelo-incra-para-reforma-agraria/>.

|                             |      |
|-----------------------------|------|
| Tanques de aquicultura      | 9,5  |
| Área degradada/ antropizada | 8,3  |
| Mata ciliar e córrego       | 16,4 |
| Total                       | 44,4 |

O imóvel chamado Cadoz de Baixo, atualmente compreende área residencial (com casas, capela, pomar, curral), pastagens, coqueiros, tanques de aquicultura, córrego e mata ciliar, tanques desativados e capões de mata tropical secundária.

**Tabela 3 Caracterização da ocupação do imóvel “Cadoz de Baixo”**

| <b>Categoria (Cadoz de Baixo)</b>    | <b>Dimensão aproximada (hectares)</b> |
|--------------------------------------|---------------------------------------|
| Área residencial                     | 3,2                                   |
| Área de pastagem e coqueiros adultos | 105                                   |
| Mata Atlântica secundária            | 64                                    |
| Tanques de aquicultura               | 25                                    |
| Área degradada/ antropizada          | 6,1                                   |
| Mata ciliar e córrego                | 3,7                                   |
| Total                                | 207                                   |



**Figura 15 - Distribuição espacial dos ambientes na área que compreende a Reserva**

### Aspectos Fisiográficos

Considerando que a Reserva em estudo abrange áreas localizadas nos municípios de Neópolis e Pacatuba, oportuno citar Bonfim (2002 apud SERGIPE.SEPLANTEC/SUPES, 1997/2000) que caracteriza o clima de ambos os municípios como do tipo megatérmico seco a sub-úmido, com temperatura média anual em torno de 26°C e precipitação média em torno de 1.200 mm anuais.

### Estrutura Geológica, relevo e solos

Geologicamente, considerando o perímetro da área em estudo com os três imóveis que a compõem, localiza-se na Formação superficial continental do Grupo Barreiras, composta por argilito arenoso e arenito conglomerático. Nas áreas correspondentes aos tabuleiros costeiros, chamadas pelos indígenas por *chã* são encontrados solos arenosos do tipo podzólico vermelho e amarelo. Na Cadoz de Cima, as *chãs* são compostas, na atualidade, predominantemente, por

áreas degradadas, sofrendo processos erosivos após a retirada de cobertura vegetal original, apresentando resquícios de incêndios.

Conforme relatou o proprietário do imóvel, nestas localidades houve intensivo uso anterior principalmente pelo monocultivo de cana-de-açúcar. Na área conhecida como “Ibama”, há locais cobertos por voçoroca, pedaço de mata em regeneração e áreas de cultivos familiares. Na Cadoz de Baixo, as áreas com cotas acima de 20 m de altitude, aproximadamente, estão cobertas por pastagem, coqueiros e por mata secundária, caracterizada pelos índios pela sua conservação como propícia aos usos tradicionais, tanto medicinais quanto rituais.

Nas áreas das nascentes e cursos d’água são encontrados solos argilosos de tonalidade acinzentada, correspondentes às planícies fluviais; destacando-se a presença de argila nas várzeas que serve para uso na produção de potes, painéis de cerâmica e ainda de outro tipo de argila, a branca, de uso medicinal, indicada para o alívio de queimaduras por exemplo.

### **Águas**

Em destaque na área a nascente Mundéu da Onça e Córrego de mesmo nome que deságua no Rio Pacatuba. Segundo informações coletadas, registra-se também a presença de outras nascentes na reserva – vertedouros ou afloramentos e também o Riacho Pacatuba (perene) e áreas de várzea onde predominam espécies vegetais como ingazeiros, dendezeiros e canafístula.

Ecossistemas, fauna e flora:

Na reserva, a presença de matas é mais significativa e preservada, sobretudo na Cadoz de Baixo. Os índios identificam os trechos de maior incidência desse tipo de vegetação como imprescindíveis para sua sobrevivência e também para suas práticas rituais, além da diversidade de espécies da flora, veem a possibilidade de estabelecer ali futuramente seu espaço sagrado. Para eles a relação com as matas é medicinal, espiritual, energética e cultural.

Destaca-se na região da Cadoz de Baixo a presença de árvores de grande porte, sub-bosque conservado e bambuzais entre outras ocorrências.

**Quadro 3 - Espécies da flora na Reserva e seu uso pelos Fulkaxó**

| <b>Espécie</b>        | <b>Uso principal</b>  | <b>Ambientes</b>     |
|-----------------------|---|----------------------|
| Amescla               | Medicinal; ritual: limpeza, defumação   | Mata                 |
| Aroeira               |   | Mata                 |
| Banana de papagaio    | Antiepilético   | Capoeira - Tabuleiro |
| Barbatimão            | Anti-inflamatório   | Capoeira - Tabuleiro |
| Biriba                | Construção e conservação ambiental  | Mata                 |
| Braúna                | Conservação ambiental   | Mata                 |
| Cajueiros             | Alimentar   | Capoeira – Tabuleiro |
| Cambotã               | Construções de habitações   | Capoeira - Tabuleiro |
| Canela de velho       | Fortificante, anti-inflamatório, regulador de pressão arterial  | Capoeira - Tabuleiro |
| Carrapicho de ema     | Combate às inflamações; uso por mulheres parturientes e prevenção próstata                                | Capoeira - Tabuleiro |
| Copaíba (Mãe da Mata) | Anti-inflamatório; cicatrizante   | Mata                 |
| Dendê                 | Alimentar; artesanal  | Mata ciliar          |
| Embaúba               | Artesanal: instrumento (buso) e encaixe de arco; medicinal: infusão das folhas contra inflamação nos rins | Vegetação pioneira   |



|                                    |   |                      |
|------------------------------------|---|----------------------|
| Enxerto de passarinho              | Ritual: limpeza do corpo e medicinal: para criança recuperar alento quando assustada. | Bordas das matas     |
| Espinheiro                         | Medicinal   | Capoeira - Tabuleiro |
| Guabiraba                          | Alimentar   | Borda da mata        |
| Ingá                               | Alimentar   | Mata ciliar          |
| Jatobá                             | Alimentar; construção de casas.   | Mata                 |
| Jitaí                              | Construção de habitações  | Mata                 |
| Jenipapinho                        | Artesanal: arco e flecha  | Mata                 |
| Jenipapo                           | Medicinal: suco para curar anemia; Ritual: pinturas.                                  | Mata                 |
| Macambira. Sua banana é vermífuga. | Artesanal: fibra; medicinal vermífugo.  | Mata                 |
| Mangaba                            | Alimentação   | Campos               |
| Ouricuri                           | Alimentação   |                      |
| Papaconha                          | Anti-inflamatório e fortalecimento da gengiva infantil                                | Campos               |
| Pau d'Arco                         | Conservação ambiental   | Mata                 |
| Pau Pombo                          | Conservação ambiental   | Mata                 |
| Pé de galinha                      | Lenha   | Capoeira             |
| Quixabeira                         | Medicinal   | Capoeira             |
| Sambaíba                           | Medicinal, melífera   | Mata                 |
| Sucupira                           | Construção de habitações  | Mata                 |
| Tabaco                             | Ritual  | Cultivos             |

|                           |  |                            |
|---------------------------|--|----------------------------|
| Taboca                    | Artesanal: artefatos como apitos, colares, pulseiras, cordões. | Mata e capoeira            |
| Timbaúba (Tamboril)       | Sabão artesanal  | Mata                       |
| Tiririca – área degradada | bioindicador   | Tabuleiro – área degradada |
| Tucum                     | Artesanal - conservação  | Mata                       |

### **Espécies da fauna**

Dentre as espécies apontadas pelos índios observa-se a ocorrência de roedores como a cotia, a capivara, coelho; também de répteis entre lagartos e serpentes, além de vários tipos de aves de pequeno porte como o periquito, entre outros.

### **Impactos socioambientais**

Observa-se que a área é bem preservada pelo proprietário especialmente a Cadoz de Baixo, mas utilizada por pessoas do povoado Mundéu da Onça que a exploram sem autorização para a coleta de material para construção de casas ou de água, por exemplo. Segundo o proprietário, mais de sessenta casas foram construídas no povoado com madeira retirada da área de seu imóvel. Na oportunidade do trabalho de campo chegou a afirmar que “só há o riacho devido à presença indígena”. Várias espécies da flora procuradas pelos invasores foram citadas, a exemplo de árvores cuja madeira é bastante valorizada como a Sucupira, Braúna, Massaranduba, Pau da Mata, Copaíba, muitas vezes comercializadas em Propriá/SE ou Porto Real do Colégio.

### **Ocorrências**

Outras ocorrências a serem ressaltadas consistem na extração de areia em pequena escala, em área de nascente nas proximidades da divisa entre a Cadoz

de Cima e o Platô de Neópolis e as linhas de transmissão elétrica<sup>20</sup>. Os Fulkaxó denotam vínculo com a sensibilidade ancestral e primam pelo consumo consciente, sustentável da área, se contrapondo aquelas práticas dos não índios, que hoje diminuiu consideravelmente devido a sua presença de modo mais permanente ali. Desse modo os índios monitoram e impedem as ameaças ambientais oriundas principalmente do povoado Mundéu da Onça.



**Figura 16 - Torre de transmissão rede elétrica na Reserva**

Na escritura do imóvel encontra-se o registro R4-524 (23 de maio de 2011) relativa a Servidão de Passagem – dos termos de Escritura Pública de Constituição de Servidão Administrativa entre os outorgantes proprietários e a outorgada Chesf – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco no que tange aos acordos correspondentes ao uso de trechos da propriedade pelo sistema de transmissão de energia elétrica Jardim/Penedo de 230 Kv.

Outras ocorrências observadas são a criação de gado sem anuência na área, especialmente na Cadoz de Baixo, ou em áreas arrendadas pelo proprietário

---

<sup>20</sup> Coordenadas: Latitude: 10°22'15.46" S Longitude 36°41'40.85" O.

do imóvel. É recorrente também a presença de trechos degradados em virtude de incêndios provocados intencionalmente por não índios do entorno. Segundo o proprietário do imóvel, essas práticas hoje foram coibidas e quase não se percebe pela presença frequente dos índios.



**Figura 17 - Área degradada – extração de areia limítrofe ao Platô de Neópolis**

### **Políticas ambientais e territoriais**

Durante o trabalho de campo registramos a visita na área por técnicos de um projeto em curso de recuperação de mata ciliar – região do baixo São Francisco – que tem por finalidade promover a recuperação e o aumento do volume das águas do rio, vinculado ao Comitê Rio São Francisco. Trata-se da identificação, cercamento de nascentes e reflorestamento. Os municípios de Neópolis e Pacatuba estão incluídos no projeto. A meta é a recomposição da mata ciliar do São Francisco e seus afluentes. Segundo informações dos técnicos que estiveram na área, o empreendimento abarca na região onde se situa a reserva, 24 nascentes ao todo, das quais duas estão localizadas na Cadoz de Cima, então visitadas pelos mesmos. Após essa primeira fase, está prevista a recuperação das nascentes com o reflorestamento.

Os Fulkaxó apontam a necessidade de preservar ambientes identificados de ocorrência de matéria prima para a produção de artefatos como apitos, colares, pulseiras, cordões, a exemplo da localidade Tabocal<sup>21</sup> numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. Planejam também fazer pequenas barragens para abastecimento de água do riacho Pacatuba e ainda incorporar o plantio de árvores frutíferas no projeto de reflorestamento e construir uma casa de farinha.

## **REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL**

### **Relações intra e interétnicas**

Os Fulkaxó relatam que regularmente realizam visitas a parentes de outras aldeias, a exemplo dos Xokó na Ilha de São Pedro, e dos Fulni-ô em Águas Belas, grupos com os quais mantêm relações mais próximas, mas é com os Fulni-ô que têm maior afinidade, especialmente através das trocas rituais. Aos Kariri-Xokó, pode-se incluir a maioria das famílias Fulkaxó, é permitida a participação no Ouricuri Fulni-ô. É interessante frisar que os Kariri-Xokó se destacam como o único povo que os Fulni-ô permitem acesso ao seu ritual anual.

Apesar das diferenças que ocasionaram a mobilização do grupo Fulkaxó pela saída da TI Kariri-Xokó, os índios contam que durante o ritual religioso do Ouricuri, é onde reforçam seus laços com os 'encantados' e o espaço sagrado de mesmo nome, um 'retorno' as origens, momento em que as desavenças são superadas.

A interação com outros povos indígenas ocorre esporadicamente. Muitas vezes em encontros coordenados por organizações do movimento indígena ou de apoio. Segundo eles, as relações com os não índios são difíceis, considerando o histórico de ocupação daquela região em Porto Real do Colégio, permeada pelo preconceito e desconfiança, embora não se refiram a ocorrências de conflitos graves, especialmente fundiários, atualmente.

---

<sup>21</sup> (Latitude: 10°22'2.32"S Longitude 36°41'2.13"O)

## **Organização social**

Como ocorre em vários grupos indígenas do Nordeste, a sua constituição se utiliza da linguagem de parentesco para se organizar e se legitimar. Assim, entre os Fulkaxó a identidade está particularmente associada às famílias Cruz e Pires. Porém, não significa que todos os membros dessas famílias tenham participado das mobilizações do grupo, especialmente o identitário ou que sejam exclusivas dessas famílias. No contexto do grupo, família deve ser entendida de forma ampla, contemplando um conjunto de pessoas que se concebem como parentes, a partir de ramificações consanguíneas ou de uma genealogia imaginada. Alguns grupos domésticos que se identificam como Fulkaxó mantêm outros vínculos com as famílias Cruz e Pires, seja de afinidade, compadrio ou alianças políticas. São essas relações que internamente dão coesão e permitem que se apresentem hoje como um grupo autônomo, e particularmente diferenciado diante dos Kariri-Xokó, povo dos quais são originários.

Assim, as relações de parentesco e alianças, considerando a conjunção das identidades ascendentes na constituição do povo Fulkaxó, remetem a gerações mais antigas das famílias Cruz e Pires. Segundo relatos colhidos durante o trabalho de campo, a primeira é fundada na descendência de Antônio Cruz (índio Fulni-ô) que morou muito tempo entre os Kariri-Xokó, e de sua irmã Maria Cruz (também Fulni-ô). O cacique e pajé Fulkaxó atuais pertencem a essa família. A família Pires é originária da descendência de Manuel Baetité (índio Kariri) e Maria Júlia (índia Xokó da Ilha de São Pedro). É da união dessas famílias que se constituiu o grupo autodenominado Fulkaxó e o fundamento de se considerarem descendentes dos Fulni-ô, dos Kariri e dos Xokó.

A organização dos grupos familiares entre os Fulkaxó (assim como entre os Kariri-Xocó) se configura tradicionalmente pelo pai, mãe e filhos, havendo situações de unidades em que predomina a matrifocalidade. O

casamento entre os índios é resultado da união estável entre duas pessoas, embora outras formas de união se façam presentes, segundo eles como “*morar junto*” ou “*se amigar*” (Silva, 2003). O ideal é que se oficialize a união perante uma autoridade civil ou um sacerdote católico.

É comum a ocorrência de casamentos interétnicos com índios de outras etnias e mesmo com não índios. Houve época em que no caso da união com não índios, a estes era permitido sua inclusão no ritual do Ouricuri, a partir de alguns critérios, como residir na aldeia e cumprir as *obrigações* dos rituais indígenas. Atualmente é recomendado o casamento preferencialmente endogâmico, e em relação à presença do cônjuge não índio no ritual do Ouricuri, é vedada sua participação. Tratam-se de estratégias que impõem restrições à inclusão de não índios no grupo, garantindo desse modo a manutenção do segredo ritual. No entanto, não há controle sobre a situação e no nos casos em que o indígena contrair união matrimonial exogâmica com o não índio, é aconselhado morar fora da aldeia.

Os Fulkaxó relatam que nos últimos anos tem havido certa tolerância com a presença de estranhos na terra indígena, contribuindo para acentuar ainda mais um cenário de divergências que já existia, a partir de interferências desses indivíduos em questões internas da comunidade. Segundo eles, há convivência de alguns grupos familiares dos Kariri-Xokó sobre a presença de brancos na área, gerando problemas que repercutem na religião indígena e seus rituais, a exemplo do consumo de bebida alcoólica e de drogas ilícitas. Este seria um dos motivos que os Fulkaxó expressam ao justificarem seu desejo de sair da área.

De acordo com os Fulkaxó, o imóvel reivindicado oferece condições ambientais apropriadas ao seu modo tradicional de vida, permitindo que se distanciem do contexto de vulnerabilidade em que se encontram na TI Kariri-Xokó, ao mesmo tempo em que já vislumbram no local, espaços adequados onde possam viver e praticar seus rituais de maneira segura.

Caracteriza a autoridade familiar a figura masculina, e cabe a mulher cuidar manutenção da casa e da educação dos filhos, sendo estes muitas vezes criados com a ajuda de parentes próximos como avó ou tia materna. A relação de compadrio entre os índios reforça e cria laços de afinidade de uma forma que muitas vezes se sobrepõe ao parentesco consanguíneo. Quando essa relação ocorre entre índios e não índios, sobretudo com os que foram “*curados*”, o vínculo afetivo entre eles, no caso o especialista xamânico e o paciente, pode se materializar a partir de um de parentesco simbólico criando um ambiente de obrigações mútuas que costumam ser bastante respeitadas entre ambos.

Em relação à ascendência genealógica, os Fulkaxó assim como os Kariri-Xokó, identificam três categorias: “*tronco*”, “*rama*” e “*raiz*”. “*Tronco*” é usado para se referir aos ancestrais que eles ainda conseguem identificar na cadeia genealógica. As gerações intermediárias se autodenominam pontas de “*ramas*”. E os ancestrais - anteriores aos “*truncos*” -, que as atuais gerações não conseguem mais identificar são chamados de “*raiz*” (Silva, 2003).

### **Organização política**

Os Fulkaxó tradicionalmente possuem como principais lideranças políticas, não, porém com autoridade centralizada, as figuras do cacique e do pajé que dividem responsabilidades. Essas funções não são necessariamente hereditárias, embora o sujeito que exerce a posição tenha também a prerrogativa de indicar o sucessor. Ademir Cruz é o atual pajé e seu irmão Humberto Cruz é o cacique, embora este último se destaque como um especialista na “*ciência*” indígena, tendo uma vivência da atividade externa ao grupo, já viajou até para o exterior para participar como convidado de eventos de natureza holística.

Ao cacique cabe a responsabilidade de ser o interlocutor da comunidade nas relações com a sociedade envolvente, bem como das tratativas no que diz respeito aos encaminhamentos sobre as demandas do grupo. Os Fulkaxó identificam o cacique como o “*chefe social*”, o *comandante das atividades*



*comunitárias, instituídas em regime de mutirão (...). É aquele que coordena o grupo no mundo terreno* (relato coletado durante o trabalho de campo). Os índios possuem algumas lideranças que auxiliam o cacique nas demandas do grupo, especialmente territoriais, além de ajudar na mediação das relações internas quanto externas.

Ademir Cruz é o atual pajé; função que segundo ele, exerce seguindo uma tradição familiar. Herdou conhecimentos sobre a ciência indígena de antepassados, principalmente no que diz respeito às plantas e sua manipulação para fabricação de remédios e bebida ritual. Porém, para os índios a figura do pajé se apresenta como categoria que tem dois sentidos distintos. A primeira e a mais importante é o de ser considerado o líder espiritual nos ritos religiosos, em especial durante o Ouricuri e de ser também a pessoa que “faz o remédio”, além de se destacar como *conselheiro* do grupo. Outro sentido é a sua característica eminentemente política.

Para se tornar um pajé, entre os Fulkaxó, é imprescindível o conhecimento sobre plantas e ervas para a fabricação de remédios e do seu uso. Também é necessário que a pessoa consiga estabelecer oniricamente uma relação no campo espiritual, já que cabe ao pajé a responsabilidade de manter ativos os rituais, especialmente o Ouricuri, e de cumprir as obrigações para a realização de um *trabalho fechado*, que segundo eles, consiste no momento quando ocorre o uso de certas ervas e plantas, que não é do conhecimento de qualquer um.

Os índios apontam o pajé *como alguém que se dedica às tradições da tribo, numa relação com o Ser Supremo da Natureza....* Aquele que domina o conhecimento da floresta, dos animais, dos fenômenos naturais, das manifestações espirituais na terra. A arte da cura, o segredo das ervas medicinais, seus efeitos nos males que afligem os doentes. Seu papel internamente é referenciado como uma figura imprescindível; *é sobre-humano tornar-se pajé, porque ele adquiriu um conhecimento do Ser Superior, que está no mundo*

*espiritual. O pajé pode ser entendido como um pai da comunidade, todos são seus filhos...* (Fernandes, 2013)

Tanto o pajé quanto o cacique podem ser escolhidos pelos índios, mas no caso do pajé, não necessariamente através de uma *eleição*. Entre os Fulkaxó, geralmente se reúnem e decidem sobre o assunto quando necessário.

### **O mundo sagrado**

Pensando nos Fulkaxó enquanto povo originário dos Kariri-Xocó, sua história revela que no período da colonização estavam submetidos à catequese e ao trabalho doutrinário através das missões. Assim como sucedeu com outros povos do Nordeste, as práticas rituais religiosas foram sistematicamente reprimidas. Mesmo em períodos mais recentes, aos índios não era permitido praticarem sua religião. Por exemplo, há registro indicando em 1952 a proibição pela polícia da prática do ritual do Ouricuri pelos índios em Porto Real do Colégio. (Ferrari, 1957)

Entretanto, hoje partilham um sincretismo religioso, especialmente materializado pela forte presença de símbolos católicos, herança do longo processo de catequização. É comum os índios participarem de manifestações de cunho católico em datas festivas, ou frequentar missa e batizar seus filhos. Nas residências é marcante a presença de imagens de santos da igreja católica ou de outras figuras veneradas como o Padre Cícero e Frei Damião. Esse sincretismo se manifesta também nas práticas xamânicas dos especialistas indígenas, quando invocam nas sessões de cura também entidades católicas. Dizem não haver incompatibilidade entre o catolicismo e o sistema indígena, mas ressaltam que é no Ouricuri, a religião fundamentalmente indígena, onde se configura a essência da natureza sagrada, de onde vêm a *“força”*, a *ciência indígena* e a sua proteção.

## **Ouricuri: espaço físico e simbólico**

O Ouricuri<sup>22</sup> é um ritual secreto realizado pelos Fulkaxó junto aos Kariri-Xocó desde tempos imemoriais. Mesmo após sucessivos remanejamentos compulsórios, conseguiram manter um espaço dentro da “mata” onde é realizado o ritual. O local é também denominado Ouricuri, e há preservado na terra indígena Kariri-Xokó, um pedaço de mata nativa que restou na região e que protege a área.

Há registros de que no final do século XIX, muitas famílias indígenas que residiam na cidade de Porto Real do Colégio e não dispunham de terras para plantar, foram morar no Ouricuri. Nessa época contam que as casas eram de palha e a mata abundante. Os que se estabeleceram ali viviam de pequenos roçados, da caça e da coleta de várias espécies vegetais ali presentes. Os índios relatam que no início da década de 1950, com a cessão da área da Colônia pelo governo, várias famílias saíram do Ouricuri e foram morar no novo local. Com o passar do tempo, as famílias que ficaram também saíram e hoje o espaço sagrado tem seu uso exclusivamente para fins rituais.

Em relação ao ritual do Ouricuri, é marcado pela participação de pessoas que desempenham diferentes papéis, se destacando o pajé como figura central. A área em torno de 100 ha onde hoje acontece a cerimônia, dista aproximadamente 6 km da sede do município de Porto Real do Colégio, sendo realizada a cada quinze dias, nos finais de semana. Uma vez por ano ocorre em período mais longo, a que chamam “*Festa do Ouricuri*”, se estende na oportunidade durante quinze dias.

Guardado em segredo à curiosidade dos brancos, pouco se conhece do ritual. Existem algumas referências em trabalhos acadêmicos ou de outra natureza, sobre a religiosidade e práticas rituais dos Kariri-Xokó, mas pouco esclarece a respeito. Falar sobre o Ouricuri exige cautela, é um tema delicado de

---

<sup>22</sup> Ouricuri é designação do ritual como também do espaço sagrado, é uma planta da família das palmáceas (*Cocos coronata*). Trata-se de um tipo de vegetação atualmente escassa na região.

se abordar. Alguns especialistas Fulkaxó que conversamos, descreveram situações do que pode acontecer com aquele que tenta desvendar o segredo. Só os iniciados podem entrar na *mata* do Ouricuri e participar do ritual, nenhum *cabeça-seca*<sup>23</sup> tem acesso sem permissão, pois a punição pode vir com a morte da pessoa em sua forma mais cruel. O mesmo pode ocorrer com o índio que revela o segredo aos indivíduos considerados “*de fora*”. (Silva, 2003)

Geralmente os índios são iniciados no ritual a partir dos sete anos de idade. No contexto dos papéis sociais os adultos devem estar em dia com as “*obrigações*” do Ouricuri, pois aquele que descumprir as normas ou as desrespeitá-las pode sofrer sanções tanto no campo espiritual através das entidades do seu mundo espiritual, tornando a pessoa vulnerável às enfermidades como também por parte dos outros índios. A pior punição que um indivíduo pode receber é “a morte social”, situação em que os sujeitos indígenas que desrespeitam as regras são ignorados e profundamente recriminados pelos demais (Idem).

O ritual do Ouricuri é considerado a essência da atividade xamanística entre os índios. Aqueles que estão em tratamento de alguma enfermidade com especialistas, apesar de acreditar que sua cura pode estar também associada ao Deus cristão, dizem que é no Ouricuri onde são tratadas as doenças e enfermidades mais graves.

O local socialmente concebido como o Ouricuri é um lugar onde acontece intensa troca de conhecimentos em relação ao universo simbólico e dos processos de cura física e espiritual através da medicina e das entidades do sistema indígena. Assim a presença dos participantes deve respeitar regras, como a interdição de relações sexuais e da ingestão de bebidas alcoólicas em um período que antecede como posterior ao ritual. As transgressões podem deixar a pessoa “*fraca*” e “*impura*” e vulnerável às doenças (Idem).

---

<sup>23</sup> Expressão designativa utilizada para se referir à pessoa que não conhece o segredo do Ouricuri, e que por isso possui a cabeça vazia (idem).

Há uma designação indígena ao Ouricuri, “*Mateka*”, conforme registrado por diversos autores em momentos distintos, Ferrari (1957), Mota (1987). Seu significado no idioma latê (falado pelos Fulni-ô) é “raiz ancestral” e, também, “segredo” (Mota, 2002). Os Fulkaxó mantêm laços de afinidade com os Fulni-ô, grupo associado à sua origem. Alguns pesquisadores fazem referência ao uso da jurema (*Mimosa hostilis*)<sup>24</sup> no ritual. Trata-se de uma planta encontrada especialmente no agreste e semiárido nordestino, é usada de modo corrente entre os povos indígenas da região. Na TI Kariri-Xokó é preparada por especialistas e servida em forma de vinho para os iniciados.

É importante destacar também o Toré como importante expressão da cultura Fulkaxó presente tanto durante as práticas rituais-religiosas, como em momentos não referenciados a religião, como eventos sociais. Trata-se de um conjunto de cânticos e danças que *expressa acontecimentos históricos e culturais, apresentando em forma de arte os fenômenos naturais do universo tribal*. (Fernandes, 2013). Durante sua manifestação se utilizam de instrumentos que confeccionam, a exemplo do maracá, artefato que marca o ritmo da dança e o movimento dos passos dos participantes.

### **Especialistas indígenas: Pajé, curandeiro e rezador**

Entre as principais atividades xamanísticas dos Fulkaxó, sobressaem as práticas de “curas” através de atendimentos terapêuticos, atribuição desenvolvida por especialistas indígenas. São chamados muitas vezes até para lugares distantes para realizar os ‘trabalhos’. É comum serem procurados por pessoas da cidade em busca de tratamento para algum problema, seja de natureza espiritual ou física.

Entre os Fulkaxó há aqueles conhecedores da “ciência” do índio, especialistas na identificação e manipulação de plantas para remédios. Durante

---

<sup>24</sup> Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mimosa\\_hostilis](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mimosa_hostilis)

o trabalho de campo, em conversas com Humberto Cruz e Ademir Cruz, cacique e pajé respectivamente, a noção de doença e suas causas estariam vinculadas à cosmologia do grupo se manifestando tanto através de distúrbios de ordem biológica quanto relacionada a infortúnios individuais e coletivos. A doença pode se apresentar como produto de forças místicas, e o indivíduo não é um agente passivo no processo, ele mesmo pode ser a causa da doença, que pode estar também associado a conflitos entre as pessoas. A saúde do corpo está diretamente ligada à saúde do espírito e vice e versa. Por exemplo, nos momentos de tensões em virtude de conflitos internos, muitas pessoas tendem a adoecer, especialmente aquelas envolvidas diretamente nas disputas.

Os índios distinguem pelo menos duas categorias de doenças considerando critérios etiológicos: *de cima pra baixo* e *de baixo pra cima*. As primeiras atingem a “matéria”, enquanto as segundas acometem o “espírito”. Segundo eles, as “*de baixo para cima*” não podem ser tratadas pela biomedicina, pois os médicos “*não compreendem esse tipo de problema*” agindo somente sobre a “*matéria*”, daí a ineficácia de certos tratamentos. As doenças “*de cima pra baixo*” podem ser tratadas simultaneamente pela biomedicina e por especialistas índios (Santana, 2015).

A fitoterapia é amplamente utilizada pelos Fulkaxó, assim como entre os Kariri-Xocó num cenário em que muitas pessoas demonstram conhecimento sobre as propriedades das plantas e ervas. Autores como Mota (1987) registraram entre os Kariri-Xocó o uso de grande diversidade de plantas. Hoje os Fulkaxó pela longa convivência com eles, acumularam experiência e conhecimento sobre o assunto e indicam inúmeras espécies de plantas na área do imóvel em estudo, a maior parte não mais encontrada na região da TI Kariri-Xokó. O conhecimento e uso das plantas são indissociáveis das representações simbólicas dos índios.

Dentre os especialistas indígenas e seus métodos de cura se distinguem além do pajé, as figuras do curandeiro e do rezador, que utilizam

métodos próprios de cura, embora com algumas semelhanças. O sistema terapêutico Fulkaxó, associado aos Kariri-Xokó, vem ultrapassando os contornos da aldeia e ganha reconhecimento e credibilidade de não índios e de outros grupos indígenas. Algumas pessoas são frequentemente requisitadas para diagnosticar doenças, realizar curas ou para esclarecer sobre a situação de tensão ou infortúnio e atuar como intermediário entre o mundo natural e o espiritual. Humberto Cruz embora exerça atualmente a função de cacique Fulkaxó, se destaca como um especialista indígena, sendo solicitado de modo recorrente a atuar em diversas situações, fora do contexto da terra indígena.

No aspecto religioso o pajé atua como figura central. Durante o Ouricuri, ele é o *mestre de cerimônia*, a pessoa que encabeça todo o complexo ritual e que mantém contato com o “ser criador” (Mota, 1996). No processo terapêutico é apontado como o guardião dos conhecimentos e sabedoria e assim como os curandeiros, entra em contato com um mundo místico para obter informações sobre a natureza e a causa das doenças. Uma pessoa pode exercer ao mesmo tempo tanto a função de rezador como de curandeiro. Alguns curandeiros não rezam o paciente, eles os benzem evocando santos católicos e entidades indígenas. Apesar de cada especialista possuir métodos próprios para o tratamento de doenças, há conhecimento compartilhado entre eles.

Em relação ao rezador, embora tenha como instrumento principal a oração, pode também manipular ervas e atuar como conselheiro. Durante suas práticas, recita longas orações, balançando galhos ou folhas de plantas (pinhão-roxo ou arruda, por exemplo) sobre o corpo do paciente. Seu objetivo é varrer o infortúnio para um domínio distante. As orações têm dupla função, sendo preventivas ou curativas, e por meio delas as pessoas ficam protegidas. Pajés, curandeiros e rezadores se destacam como responsáveis no papel de manter e repassar o conhecimento e sabedoria indígena herdada de seus antepassados, convivendo em um constante diálogo com outras formas de conhecimento e tratamentos terapêuticos.

É importante ressaltar que tradicionalmente entre os Kariri-Xokó, as mulheres se destacam enquanto rezadeiras, embora essa função seja também desenvolvida por homens. É corrente entre os índios menções sobre várias figuras que se distinguiram nessa atividade ao longo da história. Hoje, as rezadeiras indígenas são bastante requisitadas para resolver problemas de doenças de familiares e afins, e também pelos moradores brancos da cidade em busca de curas para suas doenças tanto no campo físico quanto espiritual.

### **Dados populacionais:**

Não há censo sobre a população Fulkaxó, os dados demográficos disponíveis no DSEI estão relacionados aos Kariri-Xokó uma vez que as famílias Fulkaxó residem na terra indígena. As poucas informações foram obtidas através de um cadastro das famílias realizado pelos próprios índios, porém não contempla todas as famílias. Por outro lado, não houve tempo hábil para coletarmos informações sobre a população durante o trabalho de campo. Também não existem dados populacionais anteriores, embora em mais de um documento encontrado no processo administrativo da Funai, exista referência a denominação Fulkaxó desde 2007 e a um contingente populacional que varia entre 56 a 85 famílias.

Desse modo optamos em apresentar um quadro contemplando as famílias atualmente informadas como Fulkaxó, a partir de um cadastro preliminar repassado pela comunidade. A relação contempla em torno de 66 famílias, totalizando 204 pessoas, porém sem discriminar por sexo e faixa etária uma parte dessa população (34 pessoas). É importante esclarecer que os índios informam sobre outras famílias não incluídas, por razões diversas. Algumas se encontram dispersas residindo em outras cidades, mas segundo eles, podem vir a se agregar no momento em que a situação fundiária da área estiver regularizada.

Entre os Fulkaxó, observamos durante os trabalhos de campo, que predomina hoje uma população majoritariamente jovem, tal como na realidade



da população rural local; entre os indígenas há significativa presença de crianças e adolescentes, em torno de 40 % do total. A população feminina é predominante, representando 55 % do total informado.

**Tabela 4 - Dados demográficos (cadastro preliminar das famílias realizado pelos Fulkaxó – 2019)**

| Faixa etária     | Masculino | Feminino |
|------------------|-----------|----------|
| 0 – 5 Anos       | 11        | 10       |
| 6 – 10 Anos      | 5         | 14       |
| 11 – 15 Anos     | 6         | 8        |
| 16 – 20 Anos     | 12        | 14       |
| 21 – 25 Anos     | 9         | 8        |
| 26 – 30 Anos     | 10        | 4        |
| 31 – 35 Anos     | 5         | 5        |
| 36 – 40 Anos     | 7         | 9        |
| 41 – 45 Anos     | 3         | 6        |
| 46 – 50 Anos     | 4         | 1        |
| Acima de 51 anos | 5         | 14       |
| Não informaram   | 14        | 20       |
| Total            | 91        | 113      |

Fonte: cadastro realizado pela comunidade Fulkaxó

## LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO

A Reserva Indígena Fulkaxó está localizada nos municípios de Neópolis e Pacatuba, a aproximadamente a 15 km e 8 km das respectivas sedes. Neópolis possui em torno de 18 mil habitantes e localiza-se na mesorregião do leste sergipano. Está inserido no território denominado Baixo São Francisco Sergipano, o qual se limita com o rio São Francisco e o Oceano Atlântico e é formado, além de Neópolis, pelos municípios de Amparo do São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco e Telha. Representa apenas 8,88% da área do estado<sup>25</sup>, o que equivale a 1.931 km<sup>2</sup>.

<sup>25</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/neopolis/panorama>

As principais atividades econômicas do município de Neópolis são provenientes da agricultura, pecuária e serviços. A produção agrícola se destaca principalmente pela fruticultura, desenvolvida na área denominada Platô de Neópolis, a qual faz divisa com o imóvel em estudo.

Pacatuba possui 13.137 habitantes (censo 2010/IBGE), e se situa no litoral norte do estado de Sergipe, distando 116 km de Aracaju e tem como atividades econômicas principais a agricultura, destacando a produção de coco, peixe e petróleo. Devido à sua localização, Pacatuba dispõe de uma rica flora e fauna e ali foi descoberto recentemente o Pantanal de Pacatuba, com características semelhantes ao Pantanal do Mato Grosso do Sul. Há ainda uma extensa faixa de praias praticamente desertas<sup>26</sup>.

A área total do imóvel objeto de estudo para constituição de *Reserva* apresenta como dimensão superfície aproximada de 796 ha dividida em três áreas contíguas: Cadoz de Cima (555 ha), trecho identificado como área do Ibama (45 ha) e Cadoz de Baixo (195,9 ha). Com exceção da área do Ibama os dois imóveis listados são de propriedade de José Roberto de Barros Mello e Rosa Coelho e Mello.

---

<sup>26</sup> <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/pacatuba/historico>



**Figura 18 - Mapa da Reserva Fulkaxó destacando a disposição espacial dos três imóveis**

A localidade onde estão assentadas as moradias assim como as demais áreas de uso atual pelas famílias Fulkaxó, insere-se na superfície do imóvel rural denominado "Cadoz de Cima". De acordo com as informações contidas na escritura do mesmo, este se situa no município de Neópolis/SE, limitando-se pelo "nascente, poente e norte com o Platô de Neópolis e sul com a área do Ibama".

O "Platô de Neópolis" constitui um arranjo produtivo local que corresponde ao Projeto Platô de Neópolis, de promoção de desenvolvimento socioeconômico de base agrícola, implantado no nordeste do estado de Sergipe, nas margens do Rio São Francisco, no Baixo Vale, envolvendo os municípios de Neópolis, Japoatã, Pacatuba e Santana do São Francisco. Com uma área total de 10.432 ha e 7.230 ha irrigados, foi elaborado através de um modelo institucional "misto", em que o governo do estado é responsável pelo planejamento e construção da infraestrutura de irrigação fora das parcelas e as empresas

participantes pela implementação dos processos produtivos e de comercialização (ASCONDIR, 2019). No entorno da Reserva na região mencionada, localizamos alguns moradores não indígenas<sup>27</sup>.

Aos estudos da Reserva Indígena Fulkaxó realizados a campo foram integrados dados e informações obtidos de fontes secundárias, tais como: IBGE, INCRA, SICAR (Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural), entre outros. Segue abaixo a descrição dos limites da proposta:

**Norte:** Com uma Área do Platô de Neópolis, lote-45 do PA – Santo Antônio do Betume, lote-46 do PA – Santo Antônio do Betume, lote-47 do PA - Santo Antônio do Betume, lote-48 do PA – Santo Antônio do Betume, lote-49 do PA – Santo Antônio do Betume, lote-50 do PA – Santo Antônio do Betume, lote-51 do PA – Santo Antônio do Betume, lote-52 do PA – Santo Antônio do Betume, lote-53 do PA – Santo Antônio do Betume e lote-54 do PA – Santo Antônio do Betume.

**Leste:** Com o lote-55 do PA – Santo Antônio do Betume e Área Comunitária do Povoado Mundéu da Onça.

**Sul:** Com propriedades particulares, cadastradas no CAR.

**Oeste:** Com Área do Platô de Neópolis e com propriedades particulares, cadastradas no CAR.

## CONCLUSÃO

A história dos Fulkaxó está referenciada a conflitos vivenciados na sua área de origem, a TI Kariri-Xokó, especialmente nas últimas décadas. A pretensão territorial hoje nos municípios sergipanos de Pacatuba e Neópolis é percebida pelos Fulkaxó como um lugar livre das histórias de violência, conflitos de natureza faccional e disputas de terra. Assim a reserva a se constituir como a nova Aldeia é imaginada como um local privilegiado, um lugar a partir do qual o grupo pode

---

<sup>27</sup> Coordenadas: Latitude 10°22'5.10"S Longitude 36°41'23.73"O

instaurar um processo de (re-) agrupamento das famílias vinculadas a uma ascendência comum, estabelecida por laços de afinidade e parentesco de grupos familiares organizados a partir da mistura de três povos: Fulni-ô, Kariri e Xokó, cuja junção das sílabas de suas denominações étnicas originou o etnônimo “Fulkaxó”.

A aquisição da área pela Funai poderá viabilizar o projeto daquelas famílias, conduzido principalmente por lideranças das famílias Pires e Cruz, de se agrupar nesse novo espaço fortalecendo sua identidade étnica, sua cultura e sua religião. Desse modo, o presente relatório em todo o seu conteúdo, é conclusivo no sentido de afirmar que os imóveis em questão são suficientes e apropriados para assegurar a reprodução física e cultural dos índios, de acordo com seus usos costumes e tradição.

A área da Reserva indígena apresenta condições ambientais necessárias às atividades produtivas para a subsistência do grupo constituindo espaço que permite a sua (re-) organização social considerando suas características próprias, podendo comportar a população atual e sua projeção de crescimento. É importante ressaltar que o local contempla ecossistemas capazes de atender, entre outros aspectos, as atividades de coleta e caça dos índios. Com efeito, os Fulkaxó, provisoriamente estabelecidos no local, vêm gradativamente ao longo dos últimos anos se apropriando e acumulando conhecimentos sobre os diversos ambientes da nova “morada”, incorporando-os às suas necessidades, de acordo com seus usos, costumes e tradições.

Observa-se que já se configura na Cadoz de Cima uma incipiente ocupação indígena, pelo menos desde 2008/9 e em comum acordo com o proprietário do imóvel, na área onde será constituída a reserva indígena, considerando os artigos 26 e 27 da Lei 6001/73, e que em nosso entendimento deve ser regularizada em toda sua extensão, abrangendo os três imóveis que a compõem, identificados da seguinte maneira: Cadoz de Cima; Área do Ibama e Cadoz de Baixo.

Contar a trajetória dos Fulkaxó não é tarefa fácil. Para os índios é um exercício contínuo de memória, referenciado a uma história de dificuldades marcada por disputas internas, a partir da dinâmica a que foram submetidos ao longo do tempo, especialmente o grupo composto predominantemente pelas famílias Cruz e Pires. São inúmeras as narrativas sobre episódios que antecederam a difícil decisão de sair da TI Kariri-Xokó considerando todos os signos étnicos ali presentes para eles.

Os Fulkaxó consensualmente levaram em conta nas suas demandas territoriais, a opção pelo imóvel composto por três áreas distintas e contíguas, já descritas acima (Cadoz de Cima, Cadoz de Baixo e área do Ibama), projetando um espaço com condições ambientais que permitam sua (re-)organização social no sentido de assegurar o seu (re-) agrupamento, comportando não só as famílias que compõem o grupo e cadastradas por eles, mas possivelmente outras com as quais tem relações de parentesco e consanguinidade e que se encontram mais distantes, apartadas por diversas razões, e desse modo não tem tido oportunidade de participar ativamente na mobilização pela constituição da nova aldeia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Clóvis. “Wakona - Kariri - Xukuru”. Aspectos sócios-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas, 1973. Maceió: UFAL/Imprensa Universitária.

\_\_\_\_\_. Índios de Alagoas: documentário, 1984. Maceió: Governo de Alagoas.

ATLAS DAS TERRAS INDÍGENAS DO NORDESTE, 1993. Rio de Janeiro: PETI/ PPGA/ MN/ UFRJ.

CELESTINO DE ALMEIDA, Maria Regina. Política Indigenista de Pombal: a proposta assimilacionista e a resistência indígena nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro, 2005. Lisboa: Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades.

DANTAS, Beatriz G; DALLARI, Dalmo. Terra dos Índios Xocó: estudos e documentos, 1980. São Paulo: Comissão Pró-Índio.

ELIHIMAS, Marcelo. Relatório: considerações sobre área apresentada pelos índios Fulkaxó em Pacatuba–SE, 2013. Fundação Nacional do Índio, CR Nordeste I. Fernandes, Ulysses (Org.). Fulkaxó: ser e viver Kariri-Xocó, 2013. Serviço Social do Comércio. São Paulo: Edições SESC.

FERRARI, Alfonso Trujillo. Os Kariri, Crepúsculo de um povo sem história, 1957. Sociologia/3, São Paulo.

HOHENTHAL, W. D. As tribos do baixo e médio São Francisco, 1960. Revista do Museu Paulista, XII. pp. 37-71.

MATA, Vera Lúcia Calheiros. *A Semente da Terra: Identidade e Conquista Territorial por um Grupo Indígena Integrado*, 1989. Tese de Doutorado. 375 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional), Rio de Janeiro.

MOTA, Clarice Novaes. *As Jurema Told us: Kariri-Shocó and Mode of Utilization of Medicinal Plants in the Context of Modern Northeastern Brazil*, 1987. PhD Dissertation. University of Texas.

\_\_\_\_\_. *Sob as Ordens da Jurema: O Xamã Kariri-Xocó*, 1996. In. *O Xamanismo no Brasil: Novas Perspectivas*. Florianópolis: Editora da UFSC, pp. 267-291.

MOTA, Clarice Novaes; ALBUQUERQUE, U. Paulino de. (orgs.), 2002 – *As muitas faces da jurema: de espécie Botânica à divindade afro-indígena*. Recife: Edições Bagaço.

NASCIMENTO, Tromboni Marco S. *Reestudo de Identificação da Terra Indígena Karirir-Xokó (Municípios de Porto Real do Colégio e São Braz, Alagoas) – 2000*. Relatório final do GRUPO TÉCNICO criado pela Portaria Funai nº 317/PRES/99. Rio de Janeiro. Fundação Nacional do Índio.

OLIVEIRA, Carlos Estevão. *O ossuário da 'Gruta do Padre' em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas no Nordeste brasileiro*, 1942. Boletim do Museu Nacional, n. 14-17. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, João Pacheco de. 1998 – *Uma Etnologia dos "Índios Misturados"?* Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. In: *Mana*. p. 47-77.



\_\_\_\_\_. A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena, 1999. Rio de Janeiro: Contracapa.

\_\_\_\_\_. A Presença Indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória, 2011. Rio de Janeiro: contracapa. 732 p.

SANTANA, Maiara Damasceno da Silva. Os kariri-Xocó na sementeira: processos nativos de aprendizagem e perspectiva corporal, 195 f, 2015. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador.

SILVA, Christiano Barros Marinho da. “Vai-te pra onde não canta galo, nem boi urra...” Diagnóstico, Tratamento e Cura entre os Kariri-Xocó (AL). 93f. 2003 Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.

\_\_\_\_\_. Índios fortes: aspectos empíricos e interpretativos do xamanismo Kariri-Xocó. In.: Almeida, Luiz S. de et. alli. Índios do Nordeste: temas e problemas, 1999. Vol.2. Maceió: EDUFAL.

SILVA, Danusia Maria da. A luta pela retomada das terras Kariri-Xocó: Fazenda Modelo, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso/TCC, em forma de Artigo Científico, apresentado no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena em História do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena/PROLIND, ofertado pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Palmeira dos Índios/AL.

SOUZA, Natelson Oliveira de. A Herança do Mundo: história, etnicidade e conectividade entre jovens Xocó. 161 f, 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA.

## Outras Referências

Presidência da República. Decreto de 4 de outubro de 1993: Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Kariri-Xocó, localizada no Estado de Alagoas